



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 3/2020

(mandato autárquico 2017/2021)

Cij
ew
A

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS. -----

PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS -----

PRIMEIRO SECRETÁRIO – MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO -----

SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS -----

Eram catorze horas e trinta minutos, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Helena Isabel Pires Seabra e Maria Inácia Ferreirinha, Henrique Manuel Crujo Mendes Palma, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Luís Filipe sardinha Cabeiro, Maria Helena Lopes Gonçalves, Maria Inácia Rosa, Paulo Duarte da Silva Dias, Ana Rita Simão Rodrigues, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores, Luís Miguel Pereira Vaz, Rogério Paulo Talhas Pires, António José Vila Franca, Judite Maria Paulos Lino, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Francisco José Correia e Carlos Manuel Lourenço Rodrigues. -----

Faltou ainda a esta reunião por motivo justificado a Deputada Municipal Maria Adelaide Alves Gonçalves Batista e o Presidente da Junta de Freguesia de Amendoeira, Celestino Alberto Carneiro Gonçalves. -----

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediu substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sezulfé, Gilberto Amadeu Pires, que se fez substituir pelo Tesoureiro da Junta, Jorge Luís Pinto. -----

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediu substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Porca, António João Alves trovisco, que se fez substituir pela Secretária da Junta Helena Basaloco Sapage. -----

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Rui Alexandre Serapicos e os Vereadores em regime de não permanência, Maria da Assunção Gemelgo Correia, José Luís Gonçalves Tomé Afonso, José David Veiga Vaz e Pedro Fernando Reis Mascarenhas. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 59 Deputados Municipais: Camilo António Morais, Acácio João Carvalho do Espírito Santo, Celina da Conceição de Sá Martins, Rogério Paulo Talhas Pires, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, António Nuno Batista Mendes de Morais, Manuel António Machado Carvalho, Humberto José Trovisco, Fernando Humberto Gomes, Paulo Jorge Ferreirinha, Joana Margarida Silveira Esteves da Silva Vaz, Ricardo Jorge Salsas Batista, Carla Margarida da Costa Palhau, Elias de Jesus Monteiro Afonso, Catarina Lúcia Pinto de Matos, José Carlos Moreira Silva Azevedo, António José da Costa Vila Franca, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Judite Maria Paulos, Luís Manuel Dias Gonçalves, Luís Miguel Pereira Vaz, Alice Maria Dias Pires, José António da Silva Madalena, António dos Santos Pires Afonso, Maria Inês Falcão, Halestino Ernesto Gomes Pimentel, Francisco José Correia, Manuel Alberto Rodrigues, Ana Isabel Ferreira Pires, José Carlos Vasco Jecas, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio Mendes, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, António Luís Gomes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Augusto Maçaera Fraga, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, Rui Filipe Branco Lopes, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Helena Basaloco Sapage, Alípio Augusto Marcos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Humberto Brás Fernandes.-----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte. -----

Usaram da palavra: -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que disse: “ lendo a ata observei que há várias omissões em relação àquilo que foi dito aqui na última Assembleia, de modo que pedia aos serviços técnicos da Câmara, uma vez que vou votar contra, que revessem de novo a ata e apresentassem aqui de novo a mesma, uma vez que sendo feita um efeito espelho, que agora está muito na moda, em relação àquilo que foi emitido pela Rádio Onda Livre e aquilo que está escrito na ata, há várias omissões, pedindo portanto a inclusão dessa mesmas omissões.”

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Deputado Municipal que faça chegar isso à Mesa. -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que disse: “ Por norma a votação da ata da reunião anterior é um processo que não traz grande discussão, e, é aprovada sempre por maioria com a abstenção dos Deputados que não estiveram presentes na reunião anterior. É um documento que leio na transversal e confesso que normalmente não lhe dou muita importância. Porém, ao



[Handwritten signatures in blue ink]

estar a preparar-me para esta Assembleia deparei-me com uma situação que não se encontrava registada na respetiva ata. Graças às novas tecnologias fui rever a Assembleia na Onda Livre TV e verifiquei que na reunião em causa há muitas partes que não foram transcritas. Passo a enumerar algumas delas, que foi a parte em que eu tinha necessidade de ver: - na página 29 o Sr. Presidente da Câmara acaba de falar e não vem a parte dos abates dos Lotes na Zona Industrial, que desde a hora 2.59.46 até às 03.03.00, ou seja, há 4 minutos que foram apagados. Na página 31 não há a explicação do Revisor de Contas sobre a conciliação bancária, e eu acho que é importante, foram mais um minuto e meio apagado dos valores que provocaram as menos valias, nas Contas de 2019 e na página 33 não aparece a explicação do Dr. Esteves desde o minuto 3.32 até ao minuto 3.35. Este é um exemplo mas há muitas mais partes que faltam. Sei que não é necessário reproduzir-se tudo na íntegra mas é necessário reproduzir-se fielmente o essencial do que foi dito e decidido. Por esta razão também vou votar contra e solicitar que as próximas atas não sejam tão sintetizadas em matérias importantes.” -----

Não havendo mais quem pretendesse usar da palavra relativamente à ata o Presidente da Assembleia colocou-a à votação com os reparos apresentados, tendo sido aprovada por maioria com 38 votos a favor, 4 votos contra e 17 abstenções. -----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Começou por dizer “quero apresentar uma moção de censura e repúdio aos serviços prestados pela Entidade Águas do Norte. -----

Moção: O Grupo Parlamentar do PS vem apresentar a esta Assembleia uma moção de repúdio pela prestação de serviços da Entidade que fornece a água ao concelho de Macedo de Cavaleiros. A Empresa Águas do Norte que durante o período do verão se pautou pelo desprezo ao Município e aos Cidadãos. Tais factos foram bem visíveis com a falta de água nas freguesias e na sede do concelho o que levou a muitos problemas para os cidadãos e empresas isto porque a Empresa não colocava água nos depósitos como está estipulado pelos contratos assinados entre a Empresa e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Vimos assim solicitar uma tomada de posição por esta Assembleia de repúdio à prestação de serviços efetuada pela Empresa Águas do Norte e a mesma que seja comunicada à Tutela.-----

Queria ainda perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal em que situação se encontra a questão do Ecoparque do Azibo, nomeadamente em que fase se encontra e quais as démarches que estão a decorrer relativamente a este projeto, pois já há algum tempo que deixaram de ouvir falar neste assunto. Sobre as obras dar os parabéns ao Município pois acho que estão a correr bem, e já é altura de deixarem de falar sobre o “pai biológico” das mesmas, pois de uma maneira ou de outra todos contribuíram, mas é estranho que alguns só queiram ficar na fotografia e querem ser pais se o filho for bonito, porque se for feio já não o querem

ser. Com isto dizer que era bom que de uma vez por todas assumam também os erros das outras coisas e não só a questão das obras. Pretendo também lançar um repto porque já causou tanta polémica o placard colocado junto à Casa Falcão e dizer ao Sr. Presidente que está de parabéns porque quando a oposição só tem a falar sobre um placard é porque o resto neste concelho está muito bem. A oposição devia preocupar-se por exemplo com barragens que infelizmente, outros concelhos fizeram como Alfândega da Fé, Vila Flor, Mirandela há seis ou sete anos atrás e no concelho de Macedo ninguém se preocupou com isso. Isto é que é investimento para a agricultura e para outras coisas. Quanto ao campo de jogos no Azibo dar os parabéns, pela sua conclusão e quanto ao local, como é óbvio não podia ser noutra lugar senão numa das praias do Azibo." -----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) - Que disse: " Começo por me congratular com o elogio proferido pelo Sr. Presidente da Assembleia pela eleição do Dr. Adão Silva. É de facto para nós um privilégio que um conterrâneo tenha ascendido ao posto de líder da bancada do maior partido da oposição. Foi alguém com quem aprendi muito sobretudo como ex-Secretário de Estado da Saúde que quando foi preciso a Câmara e a Assembleia lutarem por algo que era importante para Macedo, ele de facto teve o conselho sábio e penso que foi muito importante nesse papel e a sua eleição é para nós motivo de grande satisfação. -----
Quanto ao Azibo no corrente ano tivemos penso que o ano mais forte de sempre em termos de afluxo, pois com a questão da pandemia as pessoas procuraram o interior como nunca antes tinha acontecido, e isso de facto teve um impacto na hotelaria local. Na praia da ribeira em particular foram promovidas algumas alterações, nomeadamente nas acessibilidades. Mas quando se sai da praia em direção a Macedo, acho que se é definitivo não foi uma boa opção, pois haverá ali condicionalismos por parte do ICN, eventualmente relativamente aos carvalhos lá existentes mas há que pensar para o próximo ano numa solução melhor porque a do corrente ano não me parece uma boa solução. Gostaria também de questionar o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao arranque do ano letivo 2020/2021 e a Câmara Municipal fez um elevado investimento na aquisição de instalações para o Ensino Superior Público. Obviamente que nós aplaudimos essa intenção de procurar instalar aqui o Ensino Superior Público, e até já deveria ter sido há mais tempo mas, efetivamente gostava de saber, pois o que vejo é muito pouco e gostaria de saber o que se passa relativamente a cursos, nomeadamente da Instituição que acolhemos, o IPB e saber qual é o ponto da situação relativamente ao Ensino Superior Público em Macedo de Cavaleiros. Será que o PSD não teria razão, na altura, quando dizia para não terem pressa em comprar o edifício e começar simplesmente por arrendar e ver se havia de facto viabilidade para futuramente pensar na aquisição. E já que falo na Educação e no Ensino, num ano que é tão especial, marcado pelas restrições do COVID dizer que também gostaria de ter visto alguém da Câmara no arranque do ano letivo a acompanhar o mesmo junto do Agrupamento de Escolas." -----



JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS) – Que fez a seguinte intervenção: “ Em primeiro lugar queria dar os parabéns à Câmara Municipal pela organização do 1.º Festival de Arte Urbana de Macedo de Cavaleiros. Consideramos ter sido uma boa iniciativa, numa altura em que as atividades culturais estavam estagnadas, independentemente dos gostos parece-nos que os artistas convidados apresentaram obras consensuais pelo que espero que seja uma iniciativa para manter futuramente. Uma outra questão tem a ver com o facto de neste ano letivo, que é muito particular, preocupa-me o facto de as instalações das nossas escolas não apresentarem condições mínimas de distanciamento social. Não podemos gastar verbas à posteriori para combater a pandemia e não prevenir a mesma. A existência de salas e turmas, em que dois alunos ocupam a mesma carteira, tal como no passado não é compreensível. Como explicar aos jovens que podem-se juntar no mesmo lugar na sala de aula e nos intervalos devem evitar juntar-se? Não devia a Câmara Municipal investir em equipamentos para solucionar esta questão? Não deveria a Câmara Municipal investir de forma a que esta situação não se volte a repetir? Não deveria a Câmara Municipal em parceria com as Entidades de Saúde sensibilizar os jovens para que os mesmos em espaços escolares e em convívio deveriam usar máscaras? O essencial é prevenir as situações não é combater-las à posteriori. Uma outra questão que me deixa extremamente triste e que não gostaria de falar nela mas, que sou obrigada a fazê-lo é que neste fim-de-semana no jornal expresso, no seu suplemento de economia deparei-me com uma notícia que me deixou extremamente triste, mas que só vem confirmar o que já referi na última Assembleia Municipal. A falta de rumo deste Executivo. No que respeita aos investimentos municipais participados pelos Fundos de Portugal 20/20, Macedo de Cavaleiros figura na lista do fundo em que a taxa de execução destes fundos é inferior a 10%. Não entendo nem percebo quais são as razões para tão baixa taxa de execução. Será que Macedo de Cavaleiros se pode dar ao luxo de correr o risco de perder os Fundos Comunitários que já lhe estão atribuídos por falta de execução? Será que Macedo de Cavaleiros se encontra assim tão desenvolvido, com taxa de emprego quase plena, que possa dar-se ao luxo de poder ver perder estes Fundos Comunitários? Será que Macedo de Cavaleiros não necessita de equipamentos e estruturas que possam melhorar a vida dos Macedenses, para se dar ao luxo de pôr em risco e perder estes Fundos? Até aqui fomos dando o benefício da dúvida a quem nos governa, esperando sempre que seja feito o melhor para a nossa terra, contudo nesta fase do mandato, com estes níveis de execução do dinheiro comunitário, só podemos constatar a falta de estratégia no desenvolvimento local. A pandemia não afeta só Macedo de Cavaleiros, afeta todo o país e não pode ser desculpa para este baixo grau de execução. Mas somos nós que constamos desta lista pelas piores razões, continuando estagnados e sem rumo.” -----

ROGÉRIO PAULO TALHAS PIRES (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente também eu lhe vou endereçar os meus parabéns. E, está de parabéns porque estamos a virar a página da história deste concelho, história que antes de o Sr. Presidente ter chegado aos destinos do nosso concelho era inerte e sem projeto. Vislumbramos agora um caminho a seguir

em direção ao futuro. Pela segunda vez é o Partido Socialista que vira a página, já assim foi no passado, é assim também agora. Primeiramente o trabalho extraordinário em libertar a Câmara Municipal de uma situação de total asfixia financeira, sem possibilidade de investimento para o futuro da nossa terra. Agora assistimos ao que está à vista de todos. Uma Câmara que teve a capacidade de reformular a dívida existente, dando folga orçamental, para agora sim, investir. E, o mais importante ainda, uma estratégia financeira que não está a criar nova dívida para Executivos futuros, uma vez que se cumprem as obrigações para compradores, fornecedores e parceiros. Assistimos ao lançamento dos alicerces do futuro do nosso concelho, ao nível da cultura, do desporto, da natureza, da segurança, das condições de salubridade e acessibilidade por todo o concelho. Alicerces que outros Executivos tiveram o tempo e a possibilidade de o fazer para agora já estarmos a colher os frutos. Mas assim não foi. Para isso é necessário projeto, visão, coragem e uma enorme capacidade de trabalho, adjetivos que ao atual Executivo não faltam. Um concelho saudável ao nível económico requer gente e emprego e, é neste sentido que entendo que o Sr. Presidente caminha trabalhando para tornar o nosso concelho agradável para se viver, trabalhar e criar raízes. Todos queremos que os filhos desta terra tenham a possibilidade de aqui ficar, que os que tiveram de partir possam regressar, e mesmo aqueles que não são daqui tenham a curiosidade de experienciar viver e trabalhar no concelho de Macedo de Cavaleiros. Sei que este Executivo tem plena noção de qual o caminho a seguir para uma revolução económica, por isso se pretende investir na Zona Industrial e se incentivam o investimento na agricultura, na pecuária e no turismo, e, para todos aqueles que já investiram em Macedo sintam que valeu a pena. Todos sabemos que é urgente que isso aconteça, pena que esta revolução leve tempo a dar os seus frutos, mas como já disse anteriormente, outros Executivos tiveram o tempo e a possibilidade de o fazer, mas assim não foi. Alguns comentários se tecem nas redes sociais e não só, mas, Sr. Presidente eu fico muito contente que assim seja, primeiro somos um país livre e a opinião também deve ser livre e se possível construtiva, mas mais feliz fico porque se há comentários é porque há obra, não importa o que se fala, importa sim que se fala. Mais uma vez parabéns.” -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente, uma vez que o Partido Socialista apresentou aqui uma moção de censura à Empresa Águas do Norte, gostaria que viesse aqui esclarecer este assunto porque noto e sinto que o Sr. Presidente tem sentido que o problema da água é um problema crítico para a sua governação, já foi crítico para Executivos anteriores e continua a sê-lo para o atual Executivo uma vez que o Sr. Presidente é daqueles que “mete um dedo na fuga” mas o tubo rebenta noutra sítio, e há portanto, um desnorte em relação a esta problemática da água. E, se há alguns tempos atrás ouvíamos o Sr. Presidente referir que os problemas da falta de água derivavam dos roubos, coisa que nunca consubstanciou em dados, e é isso que lhe peço. Eu entendo o seu discurso porque há alguns roubos de água, não significa que todos os macedenses sejam responsáveis por roubos e o Sr. Presidente encarregou-se durante os meses de julho e agosto de verter em cima dos roubos de água tudo o que era



responsabilidades para falta de água. O Sr. Presidente nos orçamentos que tem feito, e temos indo contra isso e reafirmado, embora saibamos que em termos eleitorais e políticos, enterrar um dinheiro em tubos de água não lhe dá votos mas, de qualquer das maneiras é resolver um problema de base que o nosso concelho tem que já vem de Executivos anteriores, e nós não escondemos a cabeça debaixo da areia, assumimos os nossos erros sem problema nenhum, dos Executivos anteriores pois não é nada que nos envergonhe, estamos aqui e esses Executivos fizeram muita coisa boa mas também cometeram alguns erros e é natural, como o atual Presidente também os está a cometer. E, vir agora num discurso à posteriori depois de responsabilizar os roubos de água, vir agora responsabilizar as Águas do Norte parece-me um bocadinho um desnorte. Assentemos bem então, e temos técnicos na Câmara competentes para isso, assentemos onde é que estão as perdas de água, porque o Sr. Presidente fala em roubos de água e eu faço-lhe a seguinte questão: - quantifique os roubos de água, quantos, quem, onde, quem os praticou, pois que eu saiba, e sendo a água um bem público, até hoje publicamente o Sr. Presidente não disse quem é que foi acusado dos roubos de água, ou pelo menos que não diga o nome das pessoas, que isso até se entende, diga-nos pelo menos quantos processos foram executados em relação aos roubos de água. Não vamos aqui responsabilizar as Águas do Norte acho que a responsabilidade é múltipla de várias questões e portanto gostava de ouvir o Sr. Presidente sobre esta questão, até porque o Sr. Presidente que eu saiba nem pode estar aqui a falar muito das Águas do Norte porque comprou um depósito novo e as Águas do Norte encheram-lhe o mesmo. Lamentavelmente no dia em que o depósito foi estreado não havia água na cidade e portanto acho que Macedo merece uma atitude e uma maior seriedade em relação a este problema e o PSD está disponível para trabalhar nisso. Aliás já lhe disse por diversas vezes que estamos disponíveis para anexar ao orçamento uma verba plurianual de investimento em toda a base estrutural das águas. O segundo ponto é em relação à questão do EDRU. Tenho presenciado ao longo destes 3 anos algum do trabalho que o EDRU tem feito e, lamento profundamente a saída do Eng.º Palma da estrutura do EDRU. Era um homem com o qual eu colaborei em variadíssimas questões relacionadas com a agricultura e, lamento este escoamento de gente que acontece à sua volta, e o Eng.º Palma era uma pessoa que estava a fazer um trabalho muito bom na parte agrícola, o que esgota aqui um pouco o papel do EDRU na parte agrícola. Outra questão que levantei na última Assembleia Municipal e queria da parte do Sr. Presidente uma resposta esclarecedora e concisa em relação à questão do amianto que foi removido das instalações da GNR. O Sr. Presidente meteu os pés pelas mãos quando respondeu que a culpa era do Executivo anterior porque o amianto era de obras desse Executivo e depois veio à posteriori reafirmar que não, que realmente era das obras da GNR e foram para a Zona Industrial sendo um verdadeiro crime ambiental. Gostaria de lhe perguntar qual o destino dado a esse amianto, qual a empresa que o recolheu e qual o sítio onde foi colocado. Se de acordo com a Lei foi feito esse tratamento desses resíduos de amianto ou não. Em relação à questão que envolve aqui também o EDRU, a Câmara comprou as instalações, um edifício que custou mais de 1 milhão de euros para as instalações do Instituto, para colocar lá, entre outras coisas o EDRU e depois

à posteriori o Sr. Presidente vem dizer que afinal não, a panaceia das panaceias era deslocalizar o EDRU para umas novas instalações na Zona Industrial e com esta questão fiquei um pouco baralhado. Eu não sei que destino pretende dar ao EDRU. Já houve um destino que lhe cortou as pernas que tem a ver com a questão agrícola e espero que em relação à questão empresarial isso não volte a acontecer. O Sr. Presidente disse também numa reunião de câmara que pretendia fazer uma urbanização a preços controlados e quando ouvi isso fiquei um pouco incrédulo porque o Sr. Presidente mandou fazer um plano de avaliação do aspeto de toda a parte socioeconómica do concelho. E, esse relatório ao qual tive acesso está muito bem feito, e dou os parabéns à autora do mesmo, e nesse plano é elencada a necessidade urgente de habitação social e fico um pouco estupefacto quando perante um plano de inventariação dos problemas sociais do concelho é identificado um problema grave de habitação para os mais carenciados a prioridade do Sr. Presidente seja uma urbanização a preços controlados.” -

PAULO JORGE FERREIRINHA (PS) – Que disse: “ No passado dia 12 e 13 de setembro o Azibo recebeu a fase regional concentrada de futebol de praia da Associação de Futebol de Bragança. Os jogos realizaram-se no novo campo de jogos da praia fluvial da Fraga da Pegada e, eu quero aqui dar os parabéns ao 1.º classificado, ao Vila Flor, e em especial ao Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros. Esta classificação permitiu que o Clube Atlético tivesse o apuramento direto para a fase seguinte diante do Nacional que durante este fim-de-semana se realizou na Nazaré. Infelizmente Macedo ficou-se pelos quartos-de-final, no entanto levou o nome de Macedo mais longe e no futuro com certeza nos irá dar mais alegrias. Queria ainda aqui deixar uma nova sugestão relativamente aos parques de estacionamento pagos no Azibo e queria sempre que possível isentar todos aqueles que visitassem o Azibo mas de certa forma criassem uma despesa de determinado valor quer em Macedo, quer no concelho de forma a incentivar o comércio local e ainda dar a promover o concelho. Eu não sei se isto é possível ou não, isto é, quem vá ao Azibo de manhã e está lá todo o dia e vá embora, por vezes não vêm a Macedo nem visitam o concelho. Então, quem eventualmente fizesse uma despesa quer em Macedo quer numa aldeia e fizesse prova dessa despesa ficasse isento de pagar o parque de estacionamento. Repito, não sei se é possível mas setia uma forma de incentivar o comércio local e promover o nosso concelho. Queria ainda fazer uma pergunta ao Sr. Presidente. O COVID-19 trouxe impactos às nossas vidas, temos novas rotinas e temos um novo normal e pretendia saber qual o impacto disto em termos de receitas e despesas para a Câmara Municipal. E, por fim, tem-se falado muito nas obras e de facto há muita preocupação com as obras agora, mas o grande problemas das obras é que nós de facto há muito tempo que não estávamos habituados a ver tanta obra em Macedo, daí essa preocupação toda.” -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente vou ser conciso na minha intervenção e espero que o Sr. Presidente também o seja de modo a não existirem dúvidas de ambas as partes. Sr. Presidente podia explicar-me o que se passa em relação à transferência de competências para as Juntas de Freguesia? Se bem se recorda em



Caj
ca
[Signature]

abril de 2019 solicitaram a rápida aprovação pelas assembleias de freguesia, podendo perder-se o direito a essas verbas. As assembleias reuniram, aprovaram essa transferência e, em meados de setembro de 2019 foi-nos pedido nova reunião com as assembleias de freguesia para reprovarem o que tinha sido aprovado em abril, de modo a podermos receber a verba. Nós assim fizemos e nessa reunião aprovamos a nova transferência de competências para as Juntas e estamos no final do mês de setembro e nem temos verbas, não temos competências, não temos nada. Vai acontecer ou não a transferência de competências, e vai acontecer a transferência de 20% do FEF? Se sim, em que mês, porque começamos em agosto/dezembro, no ano seguinte foi setembro/dezembro. Este ano será outubro/dezembro? Segundo ponto – o Sr. Presidente disse que se não existir reversão dos Lotes na Zona Industrial os investimentos são asfixiados, deixando de existir como já aconteceu pelo menos 8 vezes - isto são palavras do Sr. Presidente. Sendo o nosso concelho, um concelho que precisa de trabalho, riqueza, empresas que atraiam pessoas e investimento para a terra poder-nos-emos dar ao luxo de atrasar essa situação? Não seria esse um assunto a resolver o mais rápido possível e estar em discussão nesta Assembleia, porque estamos a adiar o essencial para o progresso do concelho. E, por último Sr. Presidente um assunto que fiquei a cismar desde a última Assembleia Municipal do dia 26 de junho que é o preço de venda de terrenos na zona industrial, e por isso vou ler o seguinte “como é possível que um terreno avaliado em 50.000,00€ tenha sido vendido por 7 mil cento e qualquer coisa, (isto são palavras do Dr. Esteves), ou seja foi vendido por 14,2% do valor do terreno. Como é que um terreno de 47.800,00€ tenha sido vendido por 6.850,00€, que é 14,3% do valor do terreno e como é que um terreno de 39.820,00€ tenha sido vendido por 2.555,00€, 6,4% do valor do terreno? Pode explicar-me como é que terrenos no valor de 137.620,00€ foram vendidos por 16.505,00€? Como é que se pode melhorar as contas do Município quando o Sr. Presidente faz descontos de 88%? O que ganhou o Município com esta venda, ou o concelho e as pessoas que residem no concelho? Gostava de saber quem foi que adquiriu esses lotes a preço da chuva, quantos postos de trabalho essas empresas vão criar e qual a riqueza que essas empresas vão criar no concelho. Por último e uma vez que ainda tenho tempo, dizer também que o Sr. Presidente diz que tem a porta aberta do seu Gabinete para toda a gente, e eu acredito que sim porque a mim já me recebeu, mas temos aí a menina do Jornal Zoelae que diz que não é a mesma coisa. Ela já tentou falar consigo por telefone, já tentou ir ao gabinete para falar consigo, já mandou cartas e emails e continua a não ter resposta. Eu acho que o mínimo que podia fazer era dar uma explicação à pessoa em causa.” -----

FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS) - Que disse: “ Estou aqui para questionar a Câmara sobre 3 situações. Primeiro gostava de saber em que fase está a conciliação bancária entre o Município, os credores e devedores da Câmara. É uma aberração que se criou não com este Executivo mas com Executivos anteriores não terem sequer a conciliação bancária feita. Isto é o mínimo elementar de uma Empresa ou de uma Instituição seja ela de que natureza for. Segundo queria saber se a avaliação do património está feita por forma a que a 31 de

dezembro possa ser incorporada como património da câmara e onde possam ser calculados já os bens do ativo imobilizado e as amortizações acumuladas? Terceiro pretendia saber em que fase está a aplicação e implementação do sistema de normalização contabilística para a administração pública, neste caso para a administração local.” -----

LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “ Já aqui disse hoje um colega Deputado da sua bancada que hoje é um dia de parabéns e parece-me que sim, só nos falta o bolo. E na minha intervenção vou continuar um pouco nessa senda também em congratular-me com algumas das iniciativas que ultimamente tem vindo a tomar. Queria fazer diretamente à Sr.ª Vereadora da Cultura, mas lamentavelmente ela não está, e queria dar-lhe os parabéns acerca da iniciativa que decorreu no último fim-de-semana na cidade de arte urbana que de alguma forma é uma iniciativa que nos agrada a todos, que em algumas situações perpetuará no território durante algum tempo e nesta iniciativa está de parabéns. Aproveito ao dar-lhe os parabéns por esta iniciativa, embora não o possa fazer diretamente à Sr.ª Vereadora, para lembrar uma questão e uma sugestão que lhe coloquei faz algum tempo, relativamente à criação de um simpósio de escultura e arte urbana que fosse subordinado ao tema “Careto de Podence”, o Carnaval e o Entrudo Chocalheiro, entre outros associados que nos pudesse deixar algumas peças no território que pudessem vir a decorar algumas rotundas ou coisas do género, como disso é bom exemplo um simpósio de arte urbana que se realizou faz anos e da qual temos aqui uma peça bem próxima no jardim do Centro Cultural. Reafirmo essa sugestão que acho que seria interessante e com um tema que poderia trazer artistas com algum peso à Cidade para aqui poderem desenvolver as suas técnicas e a sua arte. Ainda no seguimento deste festival de arte urbana, tive oportunidade de verificar alguns dos trabalhos e em particular alguns que estão expostos na Casa Falcão. É um tema de que já se falou várias vezes mas que me atrevo aqui a desafiar-lo, que era a iluminação do muro que protege o jardim da Casa Falcão. Abrir aquele jardim à Cidade penso que seria uma mais-valia para a Casa e para toda a Praça e criava-se ali certamente um jardim mais amplo e uma mais-valia para o centro da Cidade de Macedo de Cavaleiros. Mas, voltando um pouco mais atrás, no tempo vamos ao verão. Todos sabem qual foi a minha opinião sobre os campos de futebol e a obra que se fez no Azibo na praia da pegada mas, o importante é que eles estão lá feitos e temos de tirar o máximo partido deles. Um primeiro passo já foi dado, e bem, dou-lhe os meus parabéns pela iniciativa que tiveram do campeonato regional de vólei de praia, num ano em que tivemos pandemia e em que foi tão difícil fazer tanta coisa, conseguir trazer para ali uma iniciativa daquelas acho que temos de saudar e louvar. Contudo, já sabem qual é a minha opinião sobre os campos e acho que era importante minimizar o impacto que aqueles campos ali criaram e acho que facilmente com um bom arquiteto paisagístico se conseguiria arranjar ali uma forma de diminuir o impacto daquela massa que ali está. Este é um desafio que também aqui deixo pois acho que é uma coisa que pode facilmente ser executada e sem grandes gastos. Também no Azibo este ano tivemos a felicidade de continuar a ter muitos visitantes. Não foi certamente o ano de maior afluência, desde logo a falta dos



Cij
es
[Signature]

emigrantes que não tivera, a oportunidade de vir visitar o nosso território, mas foi um ano com muitos visitantes. E, estão de parabéns porque foi um ano atípico, um ano de COVID em que nada correu mal no Azibo quanto à pandemia, não há uma notícia negativa e não se registou nada. E, tivemos a felicidade de ter muito visitante nacional e é aí que acho que temos desde já começar a preparar o ano que vem porque temos ali tanta gente a quem temos de passar a muita informação que este concelho tem como é o caso de pontos a visitar, da restauração à hotelaria. Acho que temos de ter uma grande preocupação em tratar bem aquela gente que nos visita, acarinha-la e recebe-la com carinho a todos os níveis para voltarem e serem os primeiros e em primeira mão a serem a maior divulgadora do Azibo. Ainda relativamente ao Azibo vou deixar mais uma sugestão. Nos últimos anos habituamo-nos a estar nas várias Galas das Sete Maravilhas de Portugal e infelizmente que há um ou dois anos que deixamos de estar mas, não podemos deixar de lembrar que temos algumas das Sete Maravilhas e uma delas é a praia da ribeira e, porque não na primeira rotunda da entrada para o Azibo fazer ali um grande 7 que perpetuasse que a praia da ribeira é uma das Sete Maravilhas de Portugal de formas a não cair em esquecimento e de forma a quem chega ao Azibo desde logo tomar conhecimento dessa realidade. Ainda e no seguimento da questão das iniciativas que foram efetuadas no Azibo no que respeita ao Campo de Jogos, porque não então também a recuperação e a valorização do campo de voleibol que existe na praia da Ribeira? Acho que também é um campo que poderia ser beneficiado e dessa forma seria mais fácil recuperar o voleibol que se perdeu e outras iniciativas que se possam vir a ganhar.” -----

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “

Começo por deixar duas notas, uma relativamente a uma situação que me parece ser possível, que é a eleição do Eng.º Beraldino Pinto para vice-presidente da CCDR-N. Isso tem vindo a ser noticiado e tem vindo a público e era uma situação que a mim, pessoalmente me encheria de orgulho tal como, penso eu aos macedenses e portanto desejo-lhe boa sorte para as eleições que decorrerão em outubro. A segunda nota é para a Vereadora Elsa Escobar. Independentemente dos motivos se estão subjacentes à ausência dela hoje, queria deixar-lhe aqui a minha solidariedade pessoal, por todo o trabalho que desempenhou até agora e, por tudo aquilo que nos brindou, e, a mim particularmente em tantas tertúlias e em tantas discussões sobre o desenvolvimento do nosso concelho. -----

Sr. Presidente do Município em 27 de dezembro de 2019 alertei este Executivo para a ausência de planos de desenvolvimento económico do concelho. Justifiquei o meu voto contra o orçamento, mas admiti rever a minha posição se em revisões orçamentais futuras concretizassem ações promotoras do desenvolvimento da nossa economia. Sr. Presidente a economia são as pessoas e as pessoas não me parecem satisfeitas com o rumo que a realidade nos mostra todos os dias, ainda que, estranhamente o senhor Presidente hoje só tenha recebido parabéns, e eu concordo com a maioria dos parabéns que recebeu, mas sinceramente eu não vejo isso reportado ao nível do desenvolvimento económico da nossa terra. Sabe é que eu tenho a memória de Macedo de Cavaleiros de 1981, tínhamos 21 mil

peessoas, tínhamos um dinamismo económico difícil mas muito invejado e, quando nós vivemos essas épocas, hoje ficará difícil darmos os parabéns por algumas das iniciativas que este Executivo tem levado a cabo. Passados 10 meses de dezembro de 2019, para além de não ver qualquer intenção do Executivo em elaborar esses planos, diga-se, nunca foram apresentados, não vislumbro onde é que este Executivo tem trabalhado neste sentido. Quantas novas empresas foram seduzidas para se instalarem na Zona Industrial? Quantos novos empregos foram gerados durante o seu mandato? Quantas novas pessoas optaram por residir no nosso concelho? Onde é que o Executivo está a trabalhar na diferenciação e competitividade do território, sabendo nós que estamos entre Mirandela e Bragança, duas Cidades altissimamente competitivas e que nos deixam pouquíssima margem de apostas em desenvolvimento diferenciador e integrador. Em que setores económicos é que o Município está a trabalhar na inovação? Onde? Eu, não sei. Em que situação se encontra o EDRU? O Gabinete criado para a promoção do Empreendedorismo, quando o senhor deixa sair tão só a pessoa mais importante do Gabinete, o Eng.º Henrique Palma, e, não me vai dizer que foi ele que quis sair. O que eu já estou a antecipar é que o Eng.º Henrique Palma, tal como outras pessoas têm sido abandonadas por V.ª Ex.ª e isso o senhor tem de assumir. Que evolução teve o protocolo com o IPB? Qual o seu papel na promoção do desenvolvimento económico do território? E, por fim, em que situação se encontra a BLC3? Passado 10 meses não há novidades? Há incubação ou não há incubação? Há investigação ou não há investigação? Os investigadores foram embora, a incubação desapareceu e, nós continuamos sem saber o que se passa. Eu pelo menos não sei, se o Senhor Presidente me quiser explicar eu agradeço. E para terminar dizer-lhe Sr. Presidente que vivemos numa Cidade cada vez mais deserta e, em boa verdade, este deserto só é mascarado pelo turismo de verão. Vejamos alguns dados estatísticos, este não mentem, para todos perceberem: população em 2001 – 17.361; em 2019 – 14.516, mas pior: 0 aos 4 anos em 2001 – 727; em 2019 – 405. Dos 5 anos aos 9 anos em 2001 - 790 e em 2019 – 390. Dos 10 anos aos 14 anos em 2001 – 964 e em 2019 – 510. Ao ritmo de perda populacional e tendo em conta dos dados 70/85 da população residente o concelho poderá perder nos próximos 10 anos 2.629 pessoas, e isso representa a necessidade de criar pelo menos 130 empregos/ano. E, neste contexto eu proponho à Assembleia Municipal a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária, a realizar com a máxima urgência de forma a que o que resultar desta ainda possa ser aproveitado para as Grandes Opções do Plano as quais estão em discussão algures em dezembro. Para tal, apresento a seguinte proposta: “ Tendo em conta o novo quadro comunitário que se avizinha, assim como de todo um conjunto de ajudas financeiras destinadas à recuperação económica e tendo em conta a necessidade de se estruturarem eixos prioritários de investimento, que resultem no efetivo desenvolvimento económico do concelho e ainda no superior interesse dos Macedenses se unirem na definição daquilo que pretendem para o seu território, vem o deputado Acácio Espírito Santo, de forma independente, propor a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária, exclusivamente destinada a reflexão, análise e definição do futuro desenvolvimento económico do concelho de Macedo de Cavaleiros.” -----



Cij
eb
[Signature]

CARLOS MANUEL LOURENÇO RODRIGUES (PSD) – Que disse: “ Sr. Presidente ao contrário do que aqui já foi dito, e, foi dito porque não é de facto um assunto de somenos, tenho de me referir ao painel publicitário. Se fosse um assunto de somenos o primeiro deputado da bancada do PS não teria trazido o assunto à baila, como é óbvio. E, começo por lhe dar os parabéns porque acho que é de facto uma boa iniciativa trazer novas formas de publicidade para o Município, é interessante e existe já em Municípios vizinhos. No entanto, a localização parece que desde o primeiro momento não é consensual e por essa razão gostaria que o Senhor Presidente nos pudesse explicar se a localização foi sugerida pelo Município, se foi simplesmente do interesse do proprietário do painel, se cumpre ou não o Regulamento Publicitário do Município e, se o cumpre, houve algum peso na decisão da Câmara em função de aceitar, ou não, do enquadramento paisagístico e arquitetónico, a Casa Falcão. Em segundo lugar fala-se num protocolo que existe entre o proprietário e o Município e gostaria que também nos esclarecessem, qual a prestação de serviços que esse protocolo incluiu, ou seja, que serviços é que o referido painel irá servir ao Município. E, ainda relativamente ao painel deixava-lhe uma sugestão. Creio que devido à forte intensidade de luminosa do painel durante a noite poderia haver um período em que ele se encontrasse desligado, porque penso que para as pessoas que vivem naquela envolvente a intensidade da luz não será certamente agradável a entrar pela casa a certas horas da madrugada. Outra questão é a seguinte: há cerca de um ano a Juventude Social-democrata de Macedo alertou para a fraca qualidade dos Parques Infantis da Cidade, nomeadamente a necessidade premente de recuperação e restauro de muitos deles. Passado 1 ano e, porque penso que 1 ano é já bastante tempo, e porque sei que já colocou no orçamento para o ano atual uma verba destinada a essas reparações e recuperações gostaria também que explicasse à Assembleia Municipal, qual o ponto da situação destes trabalhos de recuperação e manutenção dos Parques Infantis.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse “ começo por me referir à indicação do Dr. Adão Silva, insigne cidadão macedense, que enquanto Presidente da Assembleia desenvolveu sempre as suas tarefas de uma forma, nem sempre isenta, e falo pela minha pessoa pois ainda tivemos aqui algumas confrontações e até polémicas, no entanto é uma pessoa que merece toda a minha consideração. Queria também dar um cumprimento especial ao Eng.º Beraldino Pinto, penso que todos os macedenses se congratulam com a indicação do seu nome para a CCDRN, onde tenho a certeza que irá defender de uma forma muito presente e muito afincada, os interesses de todos nós. Ainda iremos ter também a apresentação de uma carta deixada pelo Deputado Municipal Carlos Carneiro, que também de uma forma muito linear e muito educada faz elogios a todos nós, e acho que nos devemos encher de orgulho pelo cargo que vai ocupar e desejar-lhe as maiores felicidades e dizer que aqui nesta Assembleia enquanto

nosso colega e parceiro ele esteve sempre a um grande nível. Desejar-lhe portanto as maiores felicidades e dizer que também nós macedenses estamos orgulhosos. -----

E, antes de prosseguir, com a resposta às questões suscitadas pelos Deputados Municipais, queria solicitar a permissão da Assembleia para que a Chefe da Divisão de Ambiente e Gestão Territorial, Eng.º Cristina Ferreira, aqui presente, pudesse intervir para permitir um esclarecimento mais cabal relativamente á questão da água. Este assunto foi aqui abordado em dois momentos diferentes, foi inclusive aqui proposta uma moção e foi também posto em causa o estado em que o executivo estava a intervir neste capítulo das águas, pudessem autorizá-la a fazer a apresentação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração da Assembleia Municipal a autorização do uso da palavra da Chefe da Divisão de Ambiente e Gestão Territorial, que foi aprovado por unanimidade. -----

CHEFE DA DIVISÃO DE AMBIENTE E GESTÃO TERRITORIAL, ENG.ª CRISTINA FERREIRA

Que disse “ Antes de iniciar a minha intervenção pretendia responder ao Deputado Municipal Nuno Morais relativamente a duas questões que colocou sobre a situação da água. A interrupção verificada no dia da instalação do reservatório em Macedo teve a ver com as manobras que tiveram de se fazer, são portanto questões de natureza técnica e não de falta de água. Quanto à água de Vilarinho de Agrochão e Lamalonga devo dizer que o ponto de entrega de Vilarinho de Agrochão tem falhas ao nível do fornecimento de água em alta, facto esse assumido pela Empresa Águas do Norte. -----

Esta apresentação vai de encontro ao que andamos a fazer ao nível da redução das perdas de água. A Câmara tem um plano traçado já desde o ano passado, que teve início em janeiro do corrente ano. Numa primeira fase previa-se a duração de 1 ano, que por causa do COVID demorará um pouco mais, uma vez que houve muitas ações que não foi possível fazer-se neste período. No entanto teremos previsões de um ano e meio, dois no máximo de ter ação implementada, sendo que, algumas das quais já tiveram início. -----

As etapas do Plano passam pela criação das zonas de medição e controle da água, as chamadas ZMC's que mais à frente vão ver esclarecidas. -----

Após a instalação dos contadores passaremos à instalação dos dataloggers, que mais não são do que sensores que detetam tudo o que se passa ao nível dos contadores colocados nas ZMC's, permitindo a instalação de software para a gestão, ou seja a sobejamente conhecida telegestão. Isto vai permitir-nos localizar as fugas e/ou furtos ao nível de cada zona de controle. De seguida iremos intervir nas redes de abastecimento e nos acessórios que nelas estão incluídos. -----

Em cada zona de controle será colocado um contador, uma válvula de seccionamento e um datalogger. -----

Teremos em Macedo de Cavaleiros 16 ZMC's e isso permitirá uma rede emalhada na Cidade criando zonas fechadas por forma a gerir o sistema interno de circuito de água, com vista a monitorização dessa zona. -----



Estas zonas de medição e controle, de Macedo já foram iniciadas no terreno. Sendo que já foram colocadas 3 e já estão todas georreferenciadas e localizadas e brevemente estarão todas executadas. -----

Serão colocadas ainda 37 ZMC's nas aldeias, esta criação por aldeia vão ser feitas ao nível do aglomerado à saída do Reservatório e vai permitir monitorizar a rede, uma vez que estamos a falar sempre em apenas 1km/1,5km de condutas. São portanto sistemas diferentes porque Macedo é uma rede de distribuição muito maior que nas aldeias logo mais fácil de controlar com apenas uma ZMC no reservatório. -----

Nessas ZMC's vão ser colocados um caudalímetro, conhecido por contador volumétrico, neste caso o escolhido foi para de grandes diâmetros compatível com a conduta existente em cada sítio e vá permitir: - medições de água fria potável até 50.º; - medições de caudais médios e altos e medições de caudais baixos. Estes contadores são ideais e foram escolhidos propositadamente por causa das fugas. -----

Serão ainda colocadas válvulas de seccionamento que são sobejamente conhecidas por todas as pessoas e que mais não são do que órgãos acessórios à rede que permitem fechar, abrir e isolar os do sistema. Os dataloggers são acessórios colocados por cima do contador que permitem a gestão e a geolocalização dos equipamentos e registam autonomamente os dados de entradas digitais e a entrada de caudais e pressões de uma forma intuitiva. -----

Associados os dataloggers têm um software capaz de ler os dados num computador, ou em qualquer outro equipamento eletrónico como por exemplo um telemóvel. Vão-nos permitir registos imediatos do total de equipamentos que temos instalados, do total que comunicam ou que não comunicam e também dos alarmes dos eventuais alarmes como os roubos, mexidas etc. -----

O software de que já falei vai permitir fazer a telegestão que todas as pessoas já ouviram falar, e que, que já deveríamos ter sido instalada há muito tempo Permite monitorizar as redes de água e o software escolhido pela câmara de Macedo foi o flowise que é uma ferramenta informática que permite obter dados de qualidade para o calculo de indicadores de desempenho para suporte à redução de águas não faturadas, a gestão de afluências indevidas tais como os padrões de consumo, geração de eventos, configuração de eventos, localização geográfica, monitorização de pressão, análise de dados e emite relatórios. -----

Depois de termos a telegestão, a intervenção nas redes será muito mais célere e vai-nos permitir que em tempo útil possamos chegar ao problema. O que será feito recorrendo à localização das fugas muito rapidamente através de um aparelho chamado geofone. O geofone que já é utilizado habitualmente e neste caso já foi adquirido e faz parte do plano de ação sendo que permite que numa área de aproximadamente 2 m², seja localizada a fuga com maior eficácia. A reparação das fugas será feita, em menos de 24 horas e neste caso a opção do Município foi recorrendo a equipas de manutenção de funcionários da própria Autarquia. Pretende-se fazer os cortes de ligações ilícitas nas condutas de distribuição de água e vamos selar os contadores nos ramais domiciliários de modo a evitar os roubos de água.-----

O objetivo desta ação é a redução das perdas passando para um nível aceitável de perdas

Cij
ceb
A

totais no Município de Macedo de Cavaleiros entre os 30% e 40%, é fácil de conseguir e não será de todo impossível. Neste momento a taxa é de 67% segundo o último balanço hídrico verificado. -Queremos que de futuro seja feito o acesso fácil por parte de qualquer pessoa à plataforma; a análise de dados atuais e históricos; priorização das áreas de intervenção e de investimento; melhoria do conhecimento do estado do sistema da água; geração automática de eventos e, situações anómalas verificadas no sistema, como fuga, roturas, falhas dos medidores; monitorização e controle do sistema de abastecimento de água; redução do tempo de resposta das roturas, que neste momento as fugas tem um tempo em média de reparação de 1,4 dias em Macedo de Cavaleiros e 1,7 dias nas aldeias. -----

Os objetivos desta ação são: a análise dos caudais mínimos do sistema; a adoção de um programa de redução de água não faturada, suportada de novas ferramentas de apoio à decisão, aliadas a um maior controle operacional da rede através dos recursos adequados, pessoal e equipamento; contribuir para a redução de água não faturada e para o aumento do desempenho do sistema da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Possibilidade da obtenção de ganhos rápidos e ganhos sustentados na rede de abastecimento de água. -----

Como conclusão ficam 4 itens: -----

- A gestão da água é um processo dinâmico e de melhoria continua pelo que este processo é apenas o início de uma longa caminhada. -----
- Não obstante este se focar em primeira linha na redução de perdas, o mesmo visa o aperfeiçoamento dos processos. -----
- O plano alavanca o binómio custo/benefício de qualquer projeto programa de uma organização. - Pretende-se que a próxima etapa do plano passe por aplicar a telegestão ao nível do consumidor.” -----

Prosseguiu o **Presidente da Câmara Municipal** que agradeceu a intervenção da Sr.^a Chefe de Divisão, Eng.^a Cristina Ferreira, que foi objetiva, concisa e esclarecedora. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico que diz respeito às águas, penso que ficou esclarecida mas deixar aqui o realce de que quando entramos neste Executivo tínhamos mais de 80% de perdas de água. Neste momento estamos com 67% o que quer dizer que é uma boa recuperação e acredito que irá melhorar mais. Estamos disponíveis para ouvir sugestões e discutir estes assuntos e para ouvir propostas que acrescentem novas ideias e permitam reduzir ainda mais isto. Sobre o Ecoparque dizer que estamos em negociação para tentar reverter o Ecoparque para o Município para poder requalificar o espaço, que neste momento se encontra bastante abandonado e poder, eventualmente, fazer novas Candidaturas e melhorar um espaço que está a ser tão cobiçado por investidores. Mas estamos no bom caminho, temos apenas que negociar mas de acordo com o Pena Parque estão disponíveis para encetar negociações e reverter aquele espaço e penso que em breve teremos um desenlace desta situação. Quanto às obras agradecer as palavras simpáticas e sobre a questão do ser ou não ser o pai biológico mais à frente falarei na situação/cronograma das obras e na sua evolução ao longo dos últimos anos. Relativamente ao placar eletrónico que foi aqui falado várias vezes, dizer que é uma informação a que os macedenses têm direito.



CJ
eub
[Signature]

Não é nada de novo e não foi uma ideia da Câmara, foi uma proposta que fizeram e que a Câmara aceitou porque as contrapartidas e a sua finalidade é não só informar os macedenses mas também quem nos visitas e ver as potencialidades que o nosso concelho tem para oferecer a quem quer fazer turismo e quer encontrar uma oportunidade de investimento e de fixação de residência no concelho de Macedo. Sobre o Futebol de Praia dou os parabéns à aposta, insistência e resiliência feita pelo Vereador Rui Vilarinho porque de facto contrariamente ao que muita gente possa pensar, pessoalmente acho que aquele espaço foi bem concebido, tem um circuito de exercícios à volta de todo aquele espaço que não “choca” e integra, como em tantos espaços em toda a Europa e em todo o Mundo, sem chocar, terá ainda relva que quando crescer ficará ainda mais bonito, as bancadas só foram colocadas de acordo com as normas do ICNF, o campo é adequado ao espaço e o pequeno campo de basquetebol é um espaço ainda mais pequeno do que o do Voleibol de Praia e o Campo de Ténis, com as suas cores verdes nem chocam porque quase tudo é verde. Penso que criamos ali um espaço único e tem sido já frequentemente solicitado, porque está fechado e as pessoas têm de se identificar para o frequentar e o espaço será aberto, é usado e fechado para não haver danificação do equipamento. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal José Madalena já reiterei aqui o elogio feito ao Dr. Adão Silva enquanto político, enquanto líder, é uma pessoa única e acima de tudo é macedense. No que diz respeito à afluência no Azibo dizer que este ano tivemos também uma grande afluência mas fruto do ano que foi e dos incentivos e normas que foram emanadas pelo Governo e pela própria DGS. Relativamente ao arranque do ano letivo e sobre os cursos técnico-profissionais dizer que na verdade isto está muito mau e não houve candidatos suficientes para constituir uma turma, mas isto verifica-se a nível do país, nomeadamente em Guimarães. A oferta tem sido crescente e o interior do país fica em desfavor. Quanto à compra das instalações, foi feita com a intenção de criar ali um espaço nobre da Cidade e que tivesse múltiplas utilizações, não foi só para instalar os cursos técnico profissionais, foi também para a instalação da incubadora, para criar a Escola Superior de Negócios, a Universidade Sénior e também criar ali um espaço que eventualmente no futuro permita fazer investigação na área agroflorestal. Relativamente à utilização do Piaget para a câmara irá haver uma poupança de custos porque vai haver obras no edifício da câmara e os serviços vão ter de se deslocar e se tivéssemos de contratar espaços e pagar ficar-nos-ia extremamente caro e com as instalações que adquirimos já estamos a poupar. Sobre o acompanhamento de Escolas habitualmente a organização é feita em cooperação com o Agrupamento de Escolas e no corrente, por mero acaso, aconteceu que a Sr.^a Vereadora que está com o Pelouro da Educação esteve de férias, não houve a intenção de não acompanhar. No entanto a organização foi assegurada e estivemos sempre em contacto com o Diretor do Agrupamento de Escolas. -----

No que diz respeito á intervenção da Deputada Municipal Jacinta Lopes agradeço as palavras proferidas relativamente ao festival de arte urbana que de facto foi um evento interessante e adequado ao momento e foi da responsabilidade da Professora Elsa Escobar. É óbvio que os artistas acrescentaram algo ao ambiente urbano em termos de arte e de decoração de alguns

equipamentos que de facto não eram bonitos e penso que poderemos dar continuidade ao festival. Sobre o distanciamento social nas escolas como já referi tem havido alguma conversação com o Diretor do Agrupamento de Escolas, e obviamente que toda em toda a organização, temos confiado e acreditamos que é a organização possível, de acordo com as normas e tenho plena consciência que a colocação dos alunos está organizada com responsabilidade e competência. Da parte do Município não tem existido falta de resposta e está sempre disponível para acolher qualquer sugestão que seja feita e ainda hoje continuamos a dialogar e a tentar responder ao que nos é exigido. Quanto à antecipação das situações e não combater à posteriori posso confidenciar que temos feito sempre antecipações das situações e por isso temos controlado bem os surtos da COVID-19. A prevenção e contenção dos que têm surgido e que são importados tem sido feita e neste caso deixo os parabéns aos Presidentes de Junta que têm sido exemplares. Relativamente à taxa de execução, de facto a Câmara de Macedo é notória porque tem uma baixa taxa de execução por razões óbvias e não queria deixar de dizer que relativamente às obras do PEDU que agora estão em grande avanço, temos agora boas notícias porque havia algumas limitações para contrair empréstimos, e neste momento já temos a resolução do problema e dizer que por exemplo a Reabilitação do Bairro de S. Francisco de Assis teve uma data de aprovação do projeto inicial em 23.08.2017 e depois em 23.06.2018, a data da submissão da Candidatura efetiva foi em 28.06.2018 e a data do termo de aceitação foi em 07.02.2019, portanto nós não conseguimos ultrapassar estes dados, as coisas não são assim tão simples e chegarem aqui e dizer que estes foram projetos que já foram deixados pelo anterior Executivo, nós não podemos andar à frente das datas de aprovação. O Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros teve a data de submissão da Candidatura em 28.12.2017, porque não era elegível da forma como foi candidatado, a data do termo de aceitação em 17.01.2020. A Reabilitação do Mercado Municipal a data de aprovação do projeto foi a 05.11.2019 e depois em 08.11.2019 foi submetida a Candidatura e a data do termo de aceitação em 21.08.2020 e por aí sucessivamente. Todas estas obras tiveram de ser reformuladas e foram por nós candidatas, mas sempre com algumas restrições impostas pela autoridade de gestão, daí faz sentido o que se falou aqui do artigo do Jornal Expresso. Os Autarcas não têm culpa e vão ser abertas medidas para permitir a quem está a executar obra e a nossa câmara está praticamente a executar tudo, falta o Mercado Municipal, que brevemente irá avançar e temos a hipótese de ir buscar uma percentagem maior dos valores porque muitos concursos ficaram vazios e um deles foi o do Mercado, porque os orçamentos são ilegíveis, não correspondem aos orçamentos reais e isto aqui deixa qualquer Município em dificuldades em participar nos 15%. Portanto quando falamos das questões e dos projetos das Candidaturas temos de ter conhecimento real das situações. Mas isto aconteceu em todas as situações, nomeadamente na reabilitação da estação ferroviária, no Largo da Estação e no Interface. A Sr.ª Deputada referiu-se ainda a uma taxa de desemprego crescente mas posso dizer-vos que a Autarquia de Macedo de Cavaleiros, apesar da pandemia, neste momento em relação ao mesmo período do ano passado tem apenas mais um desempregado. Não será este facto relevante ter apenas



Handwritten signature and initials in blue ink.

mais um desempregado em relação ao ano passado na mesma altura? E dizem aqui que não criamos emprego? Não sei sinceramente o que se passa e certamente que não sabem dos dados nos concelhos vizinhos. Quanto à falta de estratégia no meu entender nunca houve tantos sinais de progresso nesta Cidade. Só na construção, e quando aqui dizem que não há gente que queira vir viver para Macedo, gostava de perceber porque é que os empreiteiros continuam a meter projetos. Neste momento só em projetos de edifícios a construir em Macedo de Cavaleiros há cerca de 8 a 10. Penso que não me lembro nos últimos 16 a 20 anos de ver tanta grua instalada. Será que isto é demagogia, ou que eu estou a inventar? Penso que não. É como o número de eleitores, eu penso que têm vindo a crescer, e pergunto o que é que isto quer dizer? -----

Agradeço a intervenção proferida pelo Deputado Municipal Rogério Pires, pelas suas palavras simpáticas porque não é fácil vir aqui, e como já aqui disseram, que hoje é só para parabéns. Mas de parabéns está Macedo porque somos todos nós que ganhamos. Quanto ao facto de estarmos a fazer obra eu realçava alguns factos mais importantes. Nós negociamos a dívida como todos sabem. Conseguimos negociar uma dívida que nos estava a amputar de qualquer iniciativa. Para quem não sabe a Câmara tinha de pagar em 4 anos, ou seja até ao ano 2021, tínhamos de renegociar a dívida das águas. Renegociamos o empréstimo para conseguir pagar essa dívida em 20 anos e felizmente já temos parecer positivo e fiz isto juntamente com os meus colaboradores. Temos portanto uma folga orçamental e vamos conseguir executar, estamos a fazer pagamentos a fornecedores e vamos continuar a investir e as pessoas e os empresários estão a acreditar. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais e no que diz respeito à censura à Empresa Águas do Norte é evidente que aqui não há demagogia. Eu nunca poria em causa quando um Presidente de Junta que está a vigiar o seu depósito de fornecimento de água e as Águas do Norte dizem que estão a fazer entrar água no depósito e ele é vigiado 24 horas e verifica que não entra água nenhuma. Por isso acho muito bem que essa moção dê entrada, porque nesta altura não há falta de água e é improvável isso poder acontecer. E especialmente para o Dr. Nuno (um dedo não tapa a fuga) mas já muitas vezes já salvei vidas com um dedo, a tapar uma hemorragia. Portanto enquanto a gente não resolve põe o dedo, é assim a ordem natural das coisas. Quanto aos roubos de água é um facto que existem e este é um problema cultural e cívico e as pessoas deviam ter alguma consideração pelos seus concidadãos. Este é um problema que o Município está a tentar resolver implementando as medidas enunciadas pela Chefe de Divisão, Eng.^a Cristina Ferreira e penso que estamos no bom caminho, iremos melhorar a seu tempo, fazendo um investimento faseado. Quanto aos erros é óbvio que os cometo, mal seria se todos nós fossemos perfeitos e não os cometêssemos, mas tenho é de aprender com eles e tentar evitar cometê-los no futuro. Relativamente à atitude de maior seriedade, tento ser sempre sério e não vou com isto dizer que possa uma ou outra vez ser menos preciso nos dados que afirmo aqui, talvez por desconhecimento ou mesmo por equívoco mas, tento ter sempre uma atitude séria para que possamos fazer alguma coisa pelo Município de forma transparente e rigorosa. O EDRU foi

aqui abordado em duas intervenções e lamento a forma como o foi dito porque isto é de um profundo desconhecimento da situação. O Eng.º Henrique Palma não foi embora porque nós quisemos que ele fosse. O Processo dele tem de ser devidamente elaborado, concursado, e de acordo com a Lei, o que não era propriamente o que iria acontecer porque não houve timings para o fazer, e, como temos agora de fazer em tempo útil irá ser feito novamente o processo e ele voltará ao EDRU como é óbvio. Dizer também que ainda bem que reconhecem que é uma pessoa válida e que foi com mérito que o “contratamos” para o EDRU e que fez um excelente trabalho juntamente com o Joaquim Alves, e proximamente espero aumentar o número de funcionários neste Gabinete porque a agricultura tem de ter um grande investimento e um grande carinho por parte da câmara. Relativamente ao amianto confesso que não lhe consigo responder mas podemos perguntar ao empreiteiro onde estão os resíduos. No que diz respeito à urbanização a preços controlados e o estudo de avaliação socioeconómica e habitação social dizer-lhe que não me lembro de ter tão poucas requisições e solicitações para habitação social como presentemente e acho que não precisaríamos de uma Urbanização para alojar as pessoas com necessidade de habitação social, no entanto registo a sugestão deixada pelo Sr. Deputado. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Paulo Ferreirinha sobre o Futebol de Praia efetivamente o Clube Atlético e o Grupo Desportivo Macedense tiveram uma representação condigna e dou os parabéns ao Atlético por ter chegado aos oitavos de final numa prova nacional na Nazaré, num espaço também protegido na praia e dizer que os jovens macedenses participaram numa atividade que promove o exercício desportivo e a divulgação junto das famílias macedenses. Para mim isto acaba por ser tão válido como o Voleibol, mas com uma vantagem, é que aqui são os nossos atletas que têm representatividade nacional, quando a final do Voleibol se realizava aqui não tinha atletas macedenses a competir, no entanto era uma competição que reconheço válida. No que diz respeito ao Parque de Estacionamento no Azibo é uma excelente ideia que nos deixa. Quanto a despesa com o COVID-19, fomos dos Municípios que mais despesa tiveram, cerca de 140 mil euros e cerca de 54 mil euros em equipamento informático que espero poder recuperar nestes avisos que há, e felizmente que compramos equipamento certificado, porque o reformulado não é candidatável. Sobre a intervenção do Deputado Municipal David Martins relativamente à transferência de competências penso que teremos de esclarecer essa situação, como já foi falado na reunião com os Presidentes de Junta penso que terá de ser esclarecido novamente pois há aqui informações que não estão a ser entendidas tornando-se necessário reunir novamente e abordar a questão das verbas a atribuir a cada Junta de Freguesia. Relativamente aos Lotes da Zona Industrial e com toda a informação pormenorizada que aqui trouxe eu tenho de vos fornecer algo que não vão gostar. E, quando diz que há descontos de 88% e que temos os terrenos do Lotes em saldo tem de perguntar isso ao Executivo PSD pois foram eles que venderam, e, ainda mais grave do que isso, os lotes foram vendidos e alguns deles ainda não foram cobrados. Agora estamos nós a cobrar alguns que foram vendidos pelo anterior Executivo e esta situação deve ser portanto cobrada ao executivo PSD do anterior mandato



que não devia ter vendido os lotes com o prejuízo de 88% de desconto. Não é por isso de bom tom trazer para aqui demagogia, devem trazer sim dados concretos. Mais grave ainda é que temos empresas internacionais e multinacionais que se querem instalar aqui no território e por causa destes terrenos que até ainda nem sequer estão pagos não podemos instalá-los porque não temos terrenos. Era portanto importante que tivessem cuidado ao fazer este tipo de afirmações. Relativamente à solicitação de reunião por parte da Sr.^a Diretora do Jornal Zoelae, se eu fosse recebê-la as vezes que o solicitou eu não fazia mais nada. Já a recebi pelo menos 3 vezes, já lhe expliquei a situação e ela tem de perceber que o que antigamente se fazia com o Jornal Zoelae, que era um financiamento número a número a preços exorbitantes, a preço de jornais nacionais é óbvio que eu não poderia continuar com este tipo compromisso. O que estava em dívida assumido pelo anterior Executivo foi pago mas agora temos de falar, porque a Câmara não vai financiar um jornal que faz metade da Edição com notícias de Mirandela. Não discriminamos ninguém e órgãos de comunicação muito menos. Apoiamos a informação escrita, televisiva e tudo o que seja sedado neste concelho mas de forma equilibrada pois não podemos estar a “queimar” o que são fundos do erário público. Há formas de o fazer e tive o cuidado de explicar isso à Diretora do Jornal. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Fernando Gomes no que diz respeito à avaliação do património está feita e podemos fornecer dados se assim o desejarem. Temos já o CNS implementado. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Luís Gonçalves que fez também mais uma apologia do festival e arte de rua que também concordo que foi uma excelente iniciativa e se quiser questionar diretamente a Professora Elsa Escobar poderá fazê-lo quando quiser. Sobre o simpósio de arte urbana é uma boa sugestão com a qual concordo e gostaria de lhe dar seguimento e já estamos em conversações com alguns artistas para o fazer e já tivemos pelo menos três propostas. Este ano é um ano de prioridades e provavelmente não poderemos avançar com essa ideia mas é intenção da Câmara fazê-lo para tornar os jardins da Cidade mais ricos em obras artísticas. Os campos de futebol do Azibo já aqui foi dito por toda a gente, e quando o melhor jogador do mundo de todos os tempos de futebol de praia diz que o do Azibo é provavelmente o melhor campo de futebol de praia do país, acho que isso é de facto sintomático e temos de dar os parabéns ao Vereador Rui Vilarinho porque foi insistente para que este projeto avançasse e fosse uma realidade. O facto de não haver notícias negativas este ano no Azibo congratula-me, embora houvesse uma ou outra menos agradável mas isso faz parte da grande afluência que tivemos este ano de todo o país e de toda a Europa. Quanto às novas intervenções e novos investimentos dar-lhe uma mensagem de esperança que de facto o município está mais do que nunca a ter pessoas interessadas em investir e muitas pessoas a querer voltar e pessoas novas que querem investir. Isto é um dado muito positivo e em momentos de pandemia é inédito. Sobre a rotunda vou anotar a sugestão que é de facto importante, as 7 Maravilhas que já foi inclusive, sugerido pela DESTAQUE fazê-lo. -----

A intervenção do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo relativamente à situação do Plano de Desenvolvimento Económico, ele está em construção, temos um Plano de Desenvolvimento

Económico estratégico para a região, está encomendado e em execução por pessoas credenciadas mas é óbvio que a Câmara vai ouvir sempre que possível os agentes locais e a massa crítica do concelho. Mas como disse e reforcei penso que não estamos a perder população na Cidade, isso está a acontecer essencialmente nas aldeias e em relação aos concelhos vizinhos tivemos uma perda nos últimos 10 anos que não é tão considerável como nos concelhos vizinhos e penso que andarà abaixo dos 1000 habitantes e tem a ver com a migração para o Litoral que quando os jovens vão estudar, também desenvolvimento de novas competências e melhores ofertas de emprego, mas é evidente que a Câmara está a fazer tudo para diminuir o desemprego. No que diz respeito ao número de pessoas que o concelho perdeu desde 1981 é sem dúvida 1/3 da população mas não nos podemos esquecer por exemplo de quantos habitantes tinha Murçós nesse ano em relação ao que tem atualmente, pois tinha seguramente 5 vezes mais. E isto acontece em todas as aldeias e é evidente que não conseguimos criar alternativas nas aldeias porque isto é um fenómeno que não é evitável. A Câmara está a investir, os jovens estão a apostar na agricultura e na modernização e é óbvio que o trabalho manual cada vez diminui mais, cada vez mais se industrializa e se moderniza os meios de produção, e isto é a evolução natural das coisas e as pessoas como já referi vão-se deslocando para o Litoral onde há mais oferta de emprego e as aldeias quer queiramos quer não acabam sempre por perder população. Sobre a Zona Industrial já respondi mas posso dizer que houve uma empresa multinacional, uma das maiores da Europa com instalações em toda a Europa, que pediu à Câmara um lote com 10 hectares e podia ser a salvação do concelho mas infelizmente anteriormente não se trabalhou nesse sentido. Presentemente temos já um Plano de Expansão para a Zona Industrial, o estudo já está feito, já foi dado conhecimento à CCDR para no futuro podermos apostar em grandes lotes para implantação de grandes indústrias. Relativamente ao progresso da Cidade, insisto naquilo que já disse, eu não me lembro que nos últimos 20 anos tivesse tantos indícios de construção como há agora na Cidade. Há portanto um momento de confiança e de esperança e continuo a acreditar em Macedo. Quando ao EDRU já informei e o Eng.º Henrique Palma irá voltar. Sobre o protocolo relativamente ao IPB está em vigor e há a intenção de manter as pós-graduações cada vez mais diferenciadas e apelativas e nessa sentido a Escola Superior de Negócios vai-se manter. Relativamente à BLC3 as últimas indicações é de que aquela Candidatura para os quadros altamente diferenciados está em andamento e para aprovação. Quanto à Cidade ser deserta e aos dados estatísticos já dei a explicação e o nosso concelho não perdeu assim tanto. -----
Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Carlos Rodrigues sobre a colocação do Painel Publicitário que não é consensual. Não há nada consensual, tínhamos de tomar uma decisão e não foi decidido de ânimo leve, foram consideradas várias localizações, até que a melhor localização pareceu ser aquela onde está. Foi tido o cuidado de a tirar do enquadramento da fachada e ao mesmo tempo não provocar grandes efeitos negativos. Quanto à luminosidade de facto é um painel com grande luminosidade mas todos eles são assim e isso é inevitável. Sobre o trabalho nos Parques Infantis começamos a trabalhar pelas escolas e vai ser um trabalho faseado. -----



Cij
cel
M

Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) – Que disse: “ Quando me referi e me congratulei com a questão da eleição do Dr. Adão Silva não falei no Eng.º Beraldino só pelo simples facto de ainda não se ter concretizado a eleição, mas é óbvio que estou satisfeito e ele merece o lugar. Na sequência da intervenção da Chefe da Divisão, Eng.ª Cristina Ferreira pretendia dar uma pequena contribuição. Aconteceu há cerca de 1 mês uma rotura de água na Rua D. Luís, por volta das quatro da manhã e eu peguei no telefone e liguei para a Câmara pensando que a chamada iria ser encaminhada para alguém mas isso não aconteceu. Assim, liguei para os bombeiros que responderam que nada podiam fazer. Acho que no âmbito do protocolo que a Câmara tem com os Bombeiros deviam ter eles uma chave de seccionamento para poderem fazer um corte e poder isolar a fuga? É que esteve horas seguidas a jorrar água para fora até que de manhã foram lá os funcionários da câmara. Entendo ser adequado, e já que eles atendem a qualquer hora que houvesse a colaboração deles neste sentido pois no caso que referi seguramente seria evitada a perda de muitos milhares de litros de água ali. Recordo também que me aconteceu no mandato anterior, presenciei uma fuga e peguei no telemóvel que tem uma aplicação chamada “Macedo Mexe”, fotografei e mandei para a Câmara Municipal. Não sei se no presente alguém está adstrito a essa aplicação e se trabalham com ela, mas recordar que existe e que é útil não só no âmbito de fugas de água como também na deposição ilegal de lixos. Acho até que é uma obrigação de cidadania que qualquer um de nós perante uma situação destas fotografar e mandar para a câmara para conhecimento. Voltando à questão do ensino superior dizer ao Sr. Presidente que acompanhamos com muito interesse esta questão porque é algo que é estratégico para o concelho pois bem vemos a vitalidade económica que Mirandela e Bragança tem devido ao ensino superior e tem de ser um dos vetores estratégicos no nosso concelho e nesse âmbito não podemos estar à espera daquilo que o IPB nos oferece, e temos de lutar por algo diferenciador, como é o caso da fisioterapia e cursos que os outros concelhos não têm e capazes de atrair gente.” -----

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “ Gostava que o Sr. Presidente compreendesse uma coisa simples e eu acho que compreende, de vez em quando pode custar mais um bocadinho, como já custou com certeza ao Dr. Duarte Moreno quando estava nesse lugar não como Presidente mas como Vice-presidente. Eu nunca deixei de fazer as críticas e as reflexões que entendia independentemente do grau e da relação de amizade que mantenho e continuarei a manter com as pessoas que desempenham cargos executivos, e quero que entenda isso. E, portanto quando o senhor diz “demagogia” essa dói, porque “demagogia” não. E eu digo-lhe assim, prédios, compro-lhos, eu ando sempre pela cidade a ver os prédios e eu não encontrei nem 3 nem 10, nem 5, nem 8 ruas. Eu posso dizer-lhe onde elas estão. Está uma em frente às bombas de gasolina, está uma na rua que

desce para as escolas que é do empreendimento que é do Senhor Façanha e não me lembro de outra grua aqui perto mas o senhor Presidente diz-me quer haverá mais. Pode ser intenções, pode ter conhecimento da aprovação de projetos. É possível que haja mais outras perto de Nogueirinha, que são vivendas. Agora prédios, que caracterizam a vontade das pessoas virem para cá viver? Posso dizer-lhe que do meu conhecimento de há 10 /15 anos a esta parte não se faz um prédio em Macedo. Depois voltamos à demagogia – desemprego – o Senhor Presidente tem de ler os números do desemprego como eles merecem ser lidos porque assim já não sei quem é que está a ser demagogo porque os números de desemprego baixam por duas razões ou três, porque há emprego, porque as pessoas saem do concelho e se inscrevem noutra zona de emprego ou porque emigram. Isso não quer dizer que o senhor ganhou população ou ganhou emprego, até lhe posso dizer que os dados referem uma redução significativa do desemprego de 2017 para 2019, mas eu não lhe sei dizer quem é que saiu e quem emigrou e quem é que deixou de se inscrever no nosso Centro de Emprego. O Senhor Presidente também fala que há muitas empresas para a Zona Industrial mas eu ando aqui há 30 anos, mas há seguramente 20 anos que ouço dizer isso aos Presidentes de Câmara e eu não queria que o senhor fosse igual aos outros. Fala em empresas para a zona industrial mas a desculpa é sempre a mesma, não há lotes disponíveis. Também já o ouvi dizer a si que ia haver hotéis e agora pergunto, afinal quais são as empresas e quais são os hotéis? Porque isso até aqui gerava até aqui uma boa sensação uma boa esperança no desenvolvimento de Macedo. Relativamente à população nas aldeias perdemos aproximadamente 2850 pessoas nos últimos 10 anos. Há tanta capacidade para gerar crianças nas aldeias como na sede e depois tem de prever que nos próximos 10 anos vai perder uma média de 260 pessoas/ano. O Plano do Desenvolvimento Económico está encomendado, pelo que o senhor Presidente diz, e eu gostaria de o ver apresentado na próxima Assembleia Municipal.” -----

JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS) – Que disse: “ Quero dizer ao Sr. Presidente da Câmara que todas as vezes que venho aqui e que venho falar de determinadas situações, que o faço com base em dados. Tomara eu que não houvesse esses dados negativos acerca de Macedo. Portanto as intervenções não são feitas de forma só porque me apetece. Outra questão que foi aqui aflorada e que o Sr. Presidente trouxe que eu não falei aqui há algum tempo porque estava em causa o nome de uma pessoa particular e achei que não era correto da minha parte fazê-lo. Mas agora, o Senhor Presidente veio dizer que efetivamente o Eng.º Henrique Palma veio para a Câmara Municipal através da mobilidade mas de forma ilegal. No meu entender estas coisas têm consequências porque o procedimento não foi o correto e o Sr. Presidente assumiu agora aqui isso e, não sendo correto, há consequências disso. Há pagamentos que foram feitos, há possivelmente contratos ou o assumir de compromissos do Eng.º Palma em nome da Câmara Municipal que poderão agora vir a ser postos em causa e eu gostava de saber o que vai a Câmara fazer agora acerca disso.” -----



Cij
eti
A

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que disse: Não sei se é o seu aniversário ou não mas pelos vistos não é. De qualquer maneira não precisa de estar a convidar as pessoas para a sua festa porque a faz a festa sozinho. Em relação à questão da água foi muito pertinente a intervenção da Eng.^a Cristina mas de qualquer modo não deixava de colocar aqui uma questão que é a seguinte: se realmente vai haver um investimento grande neste plano de controle em baixa eu relembro que a Eng.^a Cristina disse e cito-a "...início do plano de redução de perdas de água em janeiro de 2020...". V.^a Ex.^a foi eleito em outubro de 2017 e em todos os assuntos remete para as calendas gregas dos Executivos anteriores, mas relembro que quem será posto a juízo no próximo ano em outubro é Vossa excelência, não serão os Executivos anteriores. O povo julgará as intervenções que o seu Executivo irá ter desde 2017 até agora. E refiro, embora reitere e deia total cobertura em relação ao Deputado Manuel Mico, especificamente em relação à aldeia dele, não acho por bem que a moção abranja no total as Águas do Norte. Se em relação a Vilarinho de Agrochão essa questão existe seremos os primeiros a apoiar inequivocamente essa questão. Em relação ao amianto dizer-lhe Sr. Presidente que estou triste e sabe porquê? Os resíduos de amianto que saíram da Zona Industrial estão colocados num aterro de inertes, propriedade da Câmara Municipal por detrás do Ecoponto. E, estão lá escondidinhos e tapados com plásticos pretos com pneus em cima. Duas toneladas de resíduos de amianto que saíram da GNR, primeiro para a Zona Industrial, estão num resíduo de aterros da Câmara Municipal, atrás do Ecoponto a 50m do Centro de Saúde, a 100m do Hospital. Eu agradecia se V.^a Ex.^a é tão perspicaz na publicitação das suas obras, que amanhã coloque um placard a dizer o seguinte "Este Executivo aqui não aposta na saúde dos Macedenses". Se está a apostar em tanta coisa escreva "este Município aqui não aposta na saúde dos macedenses". Por acaso hoje de manhã estive lá e tenho fotografias. Já estive lá há 15 dias atrás e estou estupefacto. Outra questão prende-se com os lotes da Zona Industrial. Uma coisa é certa e eu não tenho dados para estar a contrapor mas de qualquer maneira acho no mínimo uma coisa estranha que é o facto de se esses lotes foram vendidos pelo Executivo anterior porque motivo têm de estar na apresentação de Contas de 2019? A única explicação técnica que eu encontro é que possa ter havido um contrato de compra e venda que só foi consubstanciado agora. Mas não sei e por isso gostava de ter uma explicação para isto por parte do Sr. Presidente da Câmara. Agora vir aqui dizer que tem uma multinacional espetacular que quer investir cá e que não consegue porque não tem lote e depois a seguir diz-nos que precisa de 10 hectares, vai-me desculpar mas eu não conheço nenhum lote na Zona Industrial que tenha essa área. Estamos a falar de uma coisa completamente sem sentido, porque nem sei se a Zona Industrial toda tem os 10 hectares. Parece-me que estamos a baralhar isto completamente." -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) - Que disse: "Relativamente à moção eu não me refiro só há minha aldeia. É verdade que lá assisti que os senhores das Águas do Norte pura e simplesmente não punham lá a água. E toda a gente sabe que a água vem de Rebordelo e serve Ervedosa e Vilarinho de Agrochão e ambas tiveram o mesmo problema de falta de água

tal como aqui a Cidade. E a moção é proposta porque durante mais de um mês a Empresa não punha água nos depósitos e a responsabilidade da falta de água é apenas reportada ao Município. No meu entender já basta o desperdício e as fugas de água que existem no concelho, a acrescentar o facto de eles não mandarem água para os depósitos é uma situação muito aborrecida. Quanto ao EDRU fico feliz por haver tanta estima pelo meu camarada Henrique Palma e ele, como foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara voltará porque estava a fazer um bom trabalho. " -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que disse: “ Relativamente ao jornal limitei-me a transmitir-lhe o recado que me deu a responsável do jornal mas tenho a certeza de que o Senhor Presidente depois irá falar com ela e resolver esta questão porque o Senhor Presidente disse aqui que não deve nada ao Jornal mas ela no dia 07 de julho de 2020 diz num artigo do seu jornal “...somos obrigados a anunciar que o Município de Macedo de Cavaleiros fez aquisição de serviços ao Jornal Zoelae – O Guerra – sem prévia requisição e ainda não pagou...”. Sendo assim, ou ela está a mentir e se sim o Senhor Presidente devia meter-lhe um processo, porque ela usou-me para vir aqui fazer figura ou ela está a falar a verdade e o Senhor Presidente devia recebê-la e pagar o que lhe deve. Sobre a questão da Zona Industrial, eu não disse que foi o Senhor Presidente que vendeu ou que foi o Dr. Duarte Moreno e isso até nem me importa. Importa-me sim é que o senhor está há 3 anos com um negócio na mão onde a câmara perde 88% e não faz nada durante 3 anos para evitar esse negócio. E, eu pergunto? – A culpa é do Presidente que saiu há 3 anos? Rei morto, Rei posto. E vem falar-nos “temos de rapidamente e com grande urgência passar os lotes da Zona Industrial para a Câmara”. Isto foi-nos dito dia 26 de junho e estamos a 28 de setembro, ou seja 3 meses depois, e o caso ainda não veio. Vamos passar 2021 e o caso não vem e a Câmara continua a perder dinheiro (88%). O Senhor Presidente da Câmara está rodeado de tanta gente competente, e ninguém reparou nisto? Ninguém foi capaz de alterar uma coisa onde a câmara tem um prejuízo de mais de 120 mil euros, só em 3 terrenos? Depois é claro que não temos multinacionais porque não há hipótese. Olhe, mande-as para Espadanedo que eu tenho lá baldios com fatura. Em relação às ofertas no Ensino Superior o que o Senhor Presidente disse é que na realidade este Ensino não depende do Executivo, ou seja não depende de si, não depende do Eng.º Beraldino Pinto quando estava na câmara, depende sempre das ofertas. Estão fartos de acusar o Beraldino, foi-se embora o Piaget e porquê? Porque as Universidades e Institutos Públicos aumentaram o número de vagas e os privados saíram. Só que agora o Dr. Benjamim tem um protocolo com um Instituto Privado e quais são os cursos que escolhe? O de manicura? Então acha que uma rapariga vai andar dois anos a tirar um curso para por verniz nas unhas? É claro que não. E vou dar-lhe um exemplo: o IPB e o Município não souberam conjugar a oferta curricular com a necessidade de Macedo e com o interesse dos jovens, porque a título de exemplo temos Chaves, onde vai abrir os CET's de informática, restauração e inovação, em Mirandela vai abrir Serviços Jurídicos, Promoção Turística em Cultural, Comunicação Digital e Administração e Negócios. E, em Macedo? Sobre o EDRU e o aumento de funcionários, não estranho nada



pois estamos a um ano das eleições. Fico muito contente que o Eng.º Palma tenha vindo e foi super gabado, na altura na Assembleia Municipal realizada nas Arcas onde disseram que ele iria ser um super híper, mega senhor que ia trabalhar na agricultura, e depois esvanece-se em fumo." -----

LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) – Que disse: “ Muito já se falou aqui das obras em curso e de termos a cidade cheia de cartazes a divulgar as mesmas, e, ainda bem que assim é. Como se deve recordar no orçamento de há dois anos votei favoravelmente com declaração de voto, dizendo-lhe que de facto aquele orçamento era o espelho do programa eleitoral do PSD, da coligação que se apresentou a eleições e também tive a oportunidade de dizer que mais importante do que estarem vertidas no orçamento, era depois a sua execução, e que cá estaria para lhe dar os parabéns aquando da finalização das respetivas obras. Ainda não estão finalizadas mas já estão em execução, e, como já se falou aqui delas dou-lhe de facto os parabéns por ter tido a coragem de não deixar cair esses projetos que vieram do anterior Executivo e por ter tido a capacidade de aproveitar o financiamento que foi garantido pelo executivo anterior. Está portanto de parabéns mas cá estarei, como lhe disse na altura, para lhe reiterar estes parabéns quando as obras estiverem concluídas porque é de facto uma excelente execução do Programa Eleitoral que que a Coligação 100% por Macedo apresentou a sufrágio. Falou-se aqui também do pai da criança e de que não se fez nada, numa intervenção da bancada do PS relativamente ao Executivo anterior, ou aos Executivos anteriores de que teriam sido marasmo. E, eu mais uma vez não posso deixar passar isto em claro, porque não é verdade. Temos de trazer alguma seriedade e algum rigor a esta casa, porque se vimos para aqui dizer palavras da boca para fora sem o mínimo de fundamento tiramos a credibilidade àquilo que dizemos e a esta Assembleia. Durante 12 + 4 anos, ou seja 16 anos, há aqui muito Presidente de Junta que pode testemunhar o que eram as nossas freguesias e o que são hoje, as obras que se fizeram nas nossas freguesias. Não podemos ter memória curta porque quando se tem memória curta certamente não se consegue perspetivar o futuro. Mas também podemos ir à Cidade e eu desafio-os a fazer um percurso pela Cidade e podemos começar na entrada da Estação e ver quantas obras foram feitas por ali acima, podemos enumerá-las mas não há necessidade disso, são inúmeras as obras que foram feitas nos Executivos anteriores. Cada Executivo tenho a certeza que não fez mais porque não pôde e tenho a certeza que o Sr. Presidente durante o seu mandato não fará mais porque não pode e fica-nos mal vir para aqui dizer que não se fez nada nos Executivos anteriores, porque não é verdade. Temos ainda outra questão. Certamente hoje o Sr. Presidente está em condições de catapultar Macedo e o executivo para fazer obras de outra dimensão porque as obras básicas se calhar foram feitas nessa altura senão, hoje teria que andar a tratar de saneamentos e não poderia estar a tratar do Parque da Cidade. Em relação ao passado não podia deixar de dar esta nota. Falou-se aqui também muito de Ensino Superior e tivemos este fim-de-semana muitas notícias relativamente ao Ensino Superior e um ponto comum a todas as notícias é que os Cursos de Enfermagem e de alguma forma os cursos ligados à saúde tinham tido uma

procura acima da média e uma procura que gerou que as vagas fossem ocupadas praticamente na totalidade. Nós tivemos e temos ainda uma Instituição que é o Instituto Piaget que penso que teve vários cursos aprovados no campo da saúde. Com este aumento da procura, e sabendo nós que o Ensino Superior também é cíclico tal como a sua procura, porque não abordar atempadamente o Instituto Piaget para ver o ponto da situação dos cursos que já teve aprovados e, talvez apanhar esta vaga nova que acredito que se mantenha para os anos vindouros do aumento da procura dos cursos do Ensino Superior e, porque não, nós conseguirmos desde já garantir a vinda de alguns desses cursos." -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente à intervenção do Deputado Municipal José Madalena disse "quando falei no Eng.º Beraldino é quase um dado consumado que está eleito, sendo ele o único candidato. Sobre a sugestão e muito boa vou tomar em linha de consideração e rever essa forma de podermos referenciar e até termos uma linha de encaminhamento porque a Câmara tem piquetes, isto foi uma das coisas que nós criamos, ou seja relativamente às águas criamos mais piquetes do que havia e compramos mais equipamento. E, alertar para o facto de que não vimos aqui com falta de credibilidade e de seriedade. Eu quando digo as coisas é pelo que sei e quando não tenho a certeza podeis apontar-me e eu também sei reconhecer os meus erros, e quando venho aqui é sempre para acrescentar algo de forma positiva. Quanto ao Ensino Superior perguntou-me como estava a candidatura da Fisioterapia. Sobre esta questão posso dizer que tivemos grandes dificuldades e esta Candidatura foi feita logo no primeiro ano do nosso mandato (2018) e não foi aprovada por situações de teimosia porque quem iria coordenar o curso seria uma enfermeira e como é óbvio isto iria chumbar, pois eventualmente teria de ser uma fisioterapeuta. E por teimosia foi chumbado. Depois disso havia uma situação de que teria de haver uma parceria com uma Escola credenciada que podia ser o Porto e havia todas as condições para o ser mas o IPB não queria o Porto, quis Aveiro, Ourense e Salamanca, portanto a candidatura está neste ponto da situação. Se a candidatura não foi feita em condições e eu tinha todas as garantias que podia ter sido aprovada, apesar da concorrência de Chaves, mas mesmo assim fomos a jogo. No corrente ano foi-me assegurado pelo Sr. Presidente do IPB que a candidatura é feita novamente e vou ver que resultados vamos ter. Quanto aos CET's, falou muito bem, eu procurei novas soluções, estes cursos nós diminuimos, contrariamente à ambição que tinha havido noutros anos de meter 3 ou 4 cursos, para tentar potenciar os candidatos, inclusive falamos com delegações de São Tomé e Timor para tentar arranjar forma de constituir turmas para assegurar os CET's. Neste momento temos também já negociações e bastante avançadas, mas penso que não vamos conseguir este ano para um CET de Turismo para guias de Geoparque inclusive com um Instituto de Lisboa. O estudo está feito a candidatura foi feita agora vamos esperar e ver no que isto vai dar. Tudo tenho feito para conseguir



Cij
cab
A

alternativas, seja pela Escola Superior de Negócios, que está em Macedo graças ao Deputado Municipal Acácio Espírito Santo, porque estávamos numa equipa que era a equipa Sid Up e ele trabalhou afincada e teimosamente e conseguiu convencer o IPB a trazer para Macedo a Escola de Negócios. O que temos feito ao longo destes 3 anos é conseguir alternativas para potenciar onde podemos ir buscar alguma coisa. -----

Quanto á intervenção do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo e as suas críticas dizer que é óbvio que já nos conhecemos bastante bem para saber que sempre dialogamos com críticas, sejam elas boas ou más, temos de as ouvir e, é assim que construímos algo e agradeço sempre essas críticas, por isso somos democratas e estamos aqui num fórum de discussão pública. Relativamente às ruas, não vou estar aqui a especificar as que nomeou mas posso falar de algumas que não nomeou como é na GNR, na Estação e outras que vão ser montadas. Quanto aos valores do desemprego dizer que apenas nomeei valores que me foram cedidos pelo jornal de economia. Sobre empresas especificamente para se sediarem na Zona Industrial eu falo de algumas porque foram situações concretas. A perda de população nas aldeias e que eles têm as mesmas condições de ter filhos como nós aqui a isso eu digo que não porque população em idade fértil nas aldeias podemos contá-las pelos dedos das mãos. Portanto o futuro é preocupante e vamos perder cerca de 200 pessoas por ano, mas vamos tentar inverter isto. No que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento Económico infelizmente na próxima reunião não poderá vir porque tem timings e nunca estará pronto antes de 4 a 6 meses. -----

A intervenção da Deputada Municipal Jacinta Lopes preocupa-me e eu não entendo porque há aqui de facto uma grande confusão. Mostram-se aqui preocupados por o Eng.º Palma vai para Mirandela, mas agora estão mais preocupados em criar uma situação de ilegalidade para que ele de facto não venha e para que possamos aqui penalizar alguém? E, não quero que digam depois que andamos aqui em período eleitoral a fazer manobras eleitorais, pelo contrário, depois da injustiça feita quero repor a justiça porque a forma como foi feita a mobilidade não foi a correta e detetada a irregularidade queremos as coisas bem-feitas.-----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais eu faço a festa porque me estão a proporcionar-la e ainda bem, fico satisfeito por isso e ainda mais satisfeito fico porque toda a gente percebeu qual foi a pertinência da intervenção da Eng.ª Cristina Ferreira, para que não haja ilusões, inconsistências e para que haja credibilidade. Quanto ao investimento que foi feito, foi o possível. Quanto ao Plano que foi feito e o que não pudemos fazer nos anos para trás já aqui foi aflorado por diversas vezes o histórico desta situação. A Resíduos do Nordeste, que é uma Empresa da qual nós somos associados tem estado a fazer todas as démarches para conseguir ter as águas a seu cargo à sua gestão e nós demos-lhe sempre o benefício de que também gostaríamos que resolvessem a situação e, o problema é que ainda não está resolvido, ainda está em curso e eu impus-me dizendo que não vou ficar mais tempo à espera, não foi porque eu não quis, foi porque vi que estávamos a ser altamente prejudicados e a decisão foi sempre protelada e avançamos com esta solução sozinhos. Relativamente ao aterro de inertes ainda bem que o diz porque vou confrontar o empreiteiro e perguntar-lhe o

porquê. Mas de qualquer das formas estranho muito que quando foi na Zona Industrial que havia lá um aterro de inertes de amianto que foi deixado pelo anterior Executivo e o Sr. Deputado nunca teve a preocupação de ir lá tirar fotografias. Neste caso a responsabilidade é da Empresa e esta é que vai ser multada e o mais que pode acontecer é pararem as obras, se é isso que nós queremos e vão parar porque o PSD levantou aqui esse problema, porque o levantamento de uma irregularidade nesta parte inviabiliza a execução do projeto e para o projeto e não me venham dizer que eu estou a atrasar a execução das obras. Sobre as contas dos Lotes da Zona Industrial, eles estão nas Contas de 2019 porque nunca tinham sido feitos abatimentos de acordo com a Lei. Para quem não sabe na próxima sessão vamos trazer aqui as recomendações que foram feitas ao executivo anterior pelo tribunal de Contas e que ignorou. É por isso que cada vez que vocês falam aqui e levantam problemas eu falo em demagogia porque acima de tudo gosto de seriedade e quando não temos conhecimento dos assuntos não os trazemos aqui. -----

A intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico entendi e corroboro. -----
Relativamente à intervenção do Deputado Municipal David Martins quando disse que aqui devia haver seriedade e credibilidade nas intervenções e aquilo que está agora a defender é que pode trazer para aqui o que lhe apetecer, nem que sejam números que não correspondam à verdade. Mas vocês já imaginaram aquilo que trouxe para aqui quando falou numa serie de Lotes e falou em 88% de prejuízo para o Município e em 120 mil euros e que isto tudo é consequência de más intervenções e pouca clareza do que houve no passado? Não vai querer o Sr. Deputado vir aqui falar na auditoria que eu pedi, pois não? Não é correto vir aqui transmitir ideias nesta assembleia porque está a ser transmitida de forma televisiva e não querer que eu argumente com a verdade, quando é aquilo que me estão a pedir. Foi também dito aqui que não nos esquecêssemos que iremos ser sufragados para o próximo ano, vamos sê-lo sim, mas não se esqueçam que também vai ser sufragada a credibilidade do Executivo e o que fez nos anos anteriores. E vou repeti-lo aqui até me faltarem as forças, que eu podia ter tido um investimento de quase 1 milhão de euros se não tivesse de andar a pagar obras e serviços que foram encomendados e não pagos, inclusive pagamos metade da estrada de Cabanas, cerca de 50 mil euros e foi uma obra de bandeira de campanha do anterior Executivo, mas quem a pagou fomos nós e não fizemos nenhum aproveitamento político da mesma. Sobre o Jornal Zoelae posso dizer que eu saiba não há formalmente nenhum pedido de serviços ao jornal, e que estão aqui a ser pedidos o pagamento deles. Se o houver por escrito que me digam porque eu não me lembro de assinar esse contrato. Quanto ao não receber a D.ª Anabela dizer que sempre a recebi mas quando estou ocupado em reuniões, há limites, mas nunca recusei receber fosse quem fosse. Quanto às ofertas dos CET'S foram as possíveis e as que nos foram impostas. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Luís Goncalves dizer que obviamente temos anunciado as obras porque as pessoas também andavam ansiosas e precisavam de saber e nós temos de dizer que estamos a trabalhar para os munícipes, estamos a fazer obra nos timings possíveis e sempre com as devidas condicionantes. Quanto ao executar os



Handwritten signatures in blue ink.

financiamentos conseguidos pelo Executivo anterior, e muito bem, eu penso que poderíamos apesar de tudo, ter negociado melhor estes financiamentos. Tenho pena por exemplo que não tivéssemos conseguido nada na área do desporto pois somos o único concelho do Distrito que não tem um campo sintético. Mas nós vamos fazê-lo e sem candidaturas e houve-as pois todos os concelhos se candidataram, alguns até têm dois campos mas o executivo de Macedo não o fez e podia tê-lo feito pois havia dinheiros. O Regadio podia ter-se preparado antecipadamente e este assunto tem sido para nós um “cancro”. E o que temos feito? Muito pouco. Mas no âmbito da CIM tenho feito pressão para que haja um plano de regadio integrado para ver se conseguimos “ir a jogo” mais facilmente. Aqui tenho de colocar “o dedo na ferida” e dizer que podiam ter feito mais. Com o Piaget a Câmara tem tido uma colaboração muito estreita. ” -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que disse: “ Em relação à dúvida que o Sr. Presidente pôs aqui sobre a questão que levantei relativamente ao amianto, lamento que pense dessa maneira em relação há minha pessoa. De qualquer maneira lamento eu, que V.ª Ex.ª tendo sido avisado em junho/julho do que estava a acontecer, nunca tenha tido a preocupação de verificar que o material ali estava aterrado, porque é propriedade da Autarquia aquela zona, e tenha ali sido colocado a uma distância tão curta do Centro de Saúde e do Hospital em plena Zona Urbana. Em relação á Zona Industrial eu fui ao local e o aterro que existia era muito recente e, até lhe digo que não foram retirados todos os restos de amianto que ali estavam, continuam uma grande quantidade ali em cima. Também uma pequena nuance relativamente ao futebol, porque já reparei que neste Executivo a Bola tem muito peso e, numa notícia que eu soube agora o Senhor contraria a Lei do Futebol que diz que normalmente quando a equipa perde o treinador vai embora mas o senhor é ao contrário quando a equipa perde manda os jogadores embora.” -----

O Presidente da Câmara Municipal disse: “ aqui ninguém pôs em causa se foi ou não foi lá. Eu também fui lá. Provavelmente não se removeram todos os resíduos que lá ficaram precisamente porque alguns já lá estavam há bastante tempo e estavam todos macerados, mas, irei lá novamente verificar se há algo para remover. Quanto ao resto pode fazer as alegações que quiser mas fiz imediatamente as démarches, falei com os Engenheiros e com a Empresa. Mas se o que disse é verdade irei à Zona Industrial verificar se os resíduos ainda lá estão e se correspondem ao que estava no telhado do Quartel da GNR. Sobre o futebol dizer que o futebol já fez cair muita coisa, inclusive uma pessoa que aqui me veio acusar que eu era boleiro. Não se deve fazer isso. Relativamente aos jogadores nunca mandei um jogador embora, se vão embora é de livre vontade. E, só para terminar nós não somos jogadores, somos executantes.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal tendo na mesa duas moções sugeriu que os porta-vozes se reunissem para as analisarem antes de passarem à sua discussão. -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Que disse: “ Relativamente à moção o Partido Socialista mantém-na conforme está redigida não fazendo qualquer alteração.” -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que disse “relativamente à moção vamos abster-nos uma vez que não temos dados que possam abarcar todo o concelho, porque esta proposta abarca todo o concelho e parto do pressuposto que estas falhas pontuais que existem da Águas do Norte se repercutem em todo o concelho. Como não temos dados concretos sobre isso, não vamos estar a tomar essa atitude e vamo-nos abster por respeito em relação a Vilarinho de Agrochão e Lamalonga, pelos quais temos toda a consideração e só temos dados especificamente a essas duas aldeias.” -----

De seguida foi lida a proposta “Moção: O Grupo Parlamentar do PS vem apresentar a esta Assembleia uma moção de repúdio pela prestação de serviços da Entidade que fornece a água ao concelho de Macedo de Cavaleiros. A Empresa Águas do Norte que durante o período do verão se pautou pelo desprezo ao Município e aos Cidadãos. Tais factos foram bem visíveis com a falta de água nas freguesias e na sede do concelho o que levou a muitos problemas para os cidadãos e empresas isto porque a Empresa não colocava água nos depósitos como está estipulado pelos contratos assinados entre a Empresa e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Vimos assim solicitar uma tornada de posição por esta Assembleia de repúdio à prestação de serviços efetuada pela Empresa Águas do Norte e a mesma que seja comunicada à Tutela.” -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que disse: “ Por sermos funcionários das Águas do Norte, eu e o Luís Rodrigues vamos ausentarmos da sala, devido à incompatibilidade.” -----

Posta à votação a moção foi aprovada por maioria com 31 votos a favor e 28 abstenções. -----

Relativamente à moção apresentada pelo Deputado Municipal Acácio Espírito Santo, após ter conversado com o mesmo porque o orçamento, segundo informação da câmara está neste momento numa fase muito avançada da sua elaboração. Contudo o Sr. Deputado entende que é útil que esta Assembleia Municipal extraordinária se faça e que a moção seja discutida. -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS) – Fez o seguinte esclarecimento: “ o Sr. Presidente da Assembleia teve o cuidado de falar comigo sobre a questão dos prazos e do enquadramento temporal da realização da Assembleia Extraordinária. É evidente que está tudo muito em cima e compreendo o calendário mas, entre duas opções, ou seja a de adiarmos a realização da mesma, caso seja aprovada, para o mês e janeiro, ou discuti-la ou fazer a



Cij
ab
A

reflexão em novembro com o enquadramento temporal que o Presidente da Assembleia assim o entenda. Mas antes, mesmo com a proximidade de votação do orçamento, pessoalmente preferia discutir antes, mesmo que aquilo que saia da nossa reunião não seja imediatamente enquadrável ou desejavelmente enquadrável no Plano e Orçamento mas, ganharíamos tempo, porque a saírem daqui algumas ideias ou reflexões, elas vão a ser teoricamente aproveitadas pelo Executivo para realizar seja o que for. Eu acho que nós em Macédo perdemos muito tempo e não discutimos muitas vezes, eu aí me incluo, e não discutimos muitas vezes as questões essenciais e aquelas que nos preocupam verdadeiramente que é a economia, o emprego e as pessoas no seu todo e por isso quanto mais rápido o fizermos melhor para todos nós e por isso pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que, ainda assim, a agendasse logo que possível.” -----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) – Disse que da parte do PSD, naturalmente dentro da postura construtiva que temos sempre tido ao longo do mandato, estamos disponíveis para discutir tudo o que tenha a ver com o futuro de Macédo e com ideias para a evolução do tecido económico deste concelho. Só que faria sentido que essa discussão fosse enquadrada pelo Plano de Desenvolvimento Económico, ou seja, era necessário que ele fosse apresentado em tempo útil para poder servir de enquadramento a essa mesma discussão. -----

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS) – Respeitando imensamente as palavras do Deputado José Madalena penso que é ao contrário. Discutirmos essas questões e ideias podem ser enquadráveis no Plano de Desenvolvimento Económico que a Autarquia tenha encomendado ou esteja em andamento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse “ como a situação é de não perder tempo eu fazia outra sugestão. Existe uma Comissão Permanente composta por todos os Partidos Políticos com assento nesta Assembleia Municipal, então porque não fazer uma reunião e juntamente com o que for emanado dessa reunião falar com o Executivo e elaborarmos, eventualmente, um plano de prioridades no próximo orçamento.” -----

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS) – Que disse “agradeço a boa vontade do Sr. Presidente da Câmara mas como facilmente entende, as Comissões Permanentes sendo representações democráticas de grupos, não elencam nem integram toda a diferença e toda a contribuição de tanta gente que aqui está. Portanto nunca seria a mesma coisa.” -----

Transcreve-se novamente a Proposta: “ Tendo em conta o novo quadro comunitário que se avizinha, assim como de todo um conjunto de ajudas financeiras destinadas à recuperação económica e tendo em conta a necessidade de se estruturarem eixos prioritários de

investimento, que resultem no efetivo desenvolvimento económico do concelho e ainda no superior interesse dos Macedenses se unirem na definição daquilo que pretendem para o seu território, vem o deputado Acácio Espírito Santo, de forma independente, propor a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária, exclusivamente destinada a reflexão, análise e definição do futuro desenvolvimento económico do concelho de Macedo de Cavaleiros.” -----

Posta à votação esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

ELIAS DE JESUS MONTEIRO AFONSO (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente eu acho que este assunto é demasiado importante. A elaboração de um plano e de pensamento, evolução e de desenvolvimento do concelho, acho que é uma reflexão que nós todos devemos fazer e parece-me que o dia 13 de outubro como informalmente o Sr. Presidente da Assembleia municipal mencionou, é muito próximo para as pessoas poderem pensar e poderem preparar-se para o que pretendem discutir.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que irá reunir a Comissão Permanente para decisão do dia da Assembleia Municipal extraordinária proposta. -----

PONTO 2.1 - PEDIDO DE RENÚNCIA AO MANDATO DO ELEITO CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Presente o pedido de renúncia ao mandato do Deputado Municipal Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, que se transcreve. -----

“ Venho por este meio, com a consideração e respeito que me merecem todos os deputados eleitos e senhores presidentes de juntas de freguesia e pela solene função exercida pela Assembleia Municipal, como casa representativa do povo na sua pluralidade democrática, apresentar a minha renúncia ao mandato de deputado municipal, a partir de hoje dia 03.08.2020.-----

Foi com grande honra que é ser deputado municipal, que exerci o mandato até esta data. -----

Procurei fazê-lo de forma exigente, mas com enorme sentido de responsabilidade que a qualidade me exigia, apelando permanentemente aos valores inestimáveis da democracia. ----

Tomo esta decisão, em virtude de ter assumido no pretérito dia 24 de junho de 2020, funções de Administrador Executivo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, CRL. -----

Renuncio assim ao mandato, por exigências legais, resultado deste novo desafio que não me permite continuar, fruto das incompatibilidades que o exercício da função me impõe, em matéria de prevenção de conflito de interesses, por exigência do Banco de Portugal. -----

Não posso deixar de expressar, nesta minha carta de renúncia ao mandato de deputado municipal, o meu sentido respeito, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e pelos seus Secretários, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo e Vereadores eleitos e a minha elevada consideração pelas Senhoras e Senhores Deputados



Cij
es
AA

Municipais, eleitos, pelas Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. É com alguma tristeza que me afasto, ao fim de alguns anos, das funções para as quais fui eleito, estou com tudo certo, que todos e cada um de vós compreenderá as razões que conduziram a esta minha decisão. -----

Por fim, quero agradecer, uma vez mais, aos deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia do PSD, que tive o prazer de representar, enquanto seu porta-voz nesta Assembleia, dos quais e independentemente das suas posições, nem sempre concordantes, guardá-los-ei nas minhas mais gratas recordações. -----

Às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados Municipais, as minhas sinceras saudações e o desejo de grande êxito no exercício do restante mandato. -----

Estou certo de que todos nós, independentemente do lugar onde exercemos o nosso dever de cidadania, saberemos cumprir as nossas responsabilidades e responder com honra aos desafios do nosso tempo, da nossa região e de Portugal. Com os meus melhores cumprimentos." -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o trabalho que este eleito fez por esta Assembleia e pelo Concelho. Integrou a Comissão Permanente e sempre tentou pautar as suas intervenções com alto teor de responsabilidade e dignidade e por isso lhe deixo o meu agradecimento. Desejo-lhe que neste novo quadro profissional que vai executar as maiores felicidades. -----

PONTO 2.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ Uma das coisas que me tem vindo agradar neste Executivo é que o mesmo tem conseguido fazer pressão no Governo Central para os nossos interesses serem efetivamente ouvidos em Lisboa. Anteriormente outros Presidentes de Câmara foram acusados de passarem a vida em Lisboa mas nos Municípios principalmente nos do Interior se queremos crescer, ter infraestruturas e apoios é necessário efetivamente deslocarem-se a Lisboa. Neste período de julho a setembro falamos de 5 milhões, sete membros do Governo e a minha pergunta ao Sr. Presidente é se podia fazer

um pequeno resumo do que se tem falado nessas reuniões em Lisboa, não só para conhecimento dos Deputados mas também para quem nos ouve lá em casa.” -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Em relação ao que o Sr. Presidente disse há pouco sobre o futebol, a mim não me assenta a carapuça porque eu fui atleta do Clube Atlético, não tive grandes oportunidades porque o treinador não era o senhor nem a pessoa que está aí ao seu lado, era um indivíduo um pouquinho mais rigoroso, porque eu tenho a certeza que se fosse com vocês tinha de certeza lugar no onze. Portanto está a falar com alguém que sabe o que é calçar as chuteiras e andar na relva. Portanto isso não é para mim. Mas aproveitei para lhe dar uma picadinha que o Senhor de certeza entendeu. Agora irá buscar ao banco outro atleta, esperemos é que o atleta que está no banco seja tão bom como o que sai. Mas isso já deixo à sua consideração, senão tem sempre a hipótese de chegar à última da hora e ir o treinador embora daqui a um ano. ----- Em relação à informação escrita gostaria de pegar a sério na questão das obras. O Senhor Presidente tem reiteradamente desde o início do mandato vindo aqui por vezes até de uma maneira bastante injusta falar do anterior Executivo em relação à questão das obras e elencando algumas das críticas que tem feito: “...bem eles durante um ano não fizeram nada, não deixaram nada bem preparado, então tem que ser eu a fazer e a acontecer...” e eu digo-lhe – Senhor Presidente, eles não fizeram – se vamos por aí, se eles realmente não fizeram nada durante um ano o que é que o senhor andou a fazer em três anos para só começar as obras agora? Este é um argumento que cai por terra, sabendo nós que de alguma maneira, e nem vou entrar na questão da paternidade, porque esta questão acho que nos fica mal, porque estas obras quer queiramos quer não, são propriedade dos macedenses. Não há portanto paternidades aqui. Há macedenses que, quer queiramos quer não, que as elencaram, que estiveram no anterior Executivo, macedenses que conseguiram o financiamento para essas obras e macedenses que estão de alguma maneira a executá-las. No Executivo anterior bem ou mal, neste Executivo também, bem ou mal. E, quando falamos das obras se alguém gostava e a sério que gostava e não estou a ser hipócrita nisto, que eu se fosse Presidente de Câmara, digo-lhe que tinha as obras já todas feitas, tê-las-ia concluído e agora estava a gozar dos “juros” até ao próximo ano. E, portanto o velho ditado que se diz na aldeia “faz obras e sobra as palavras”, mas o senhor Presidente ainda não as fez nem as vai fazer todas e os macedenses no próximo ano vão julgar isso não vão julgar o Dr. Duarte Moreno, nem o anterior Executivo. Vão julga-lo a si. V.ª Ex.ª está a desenvolver várias obras e diz que todas as obras estão feitas e o senhor Presidente foi particularmente agressivo, em relação a um comunicado que nós fizemos há um mês ou dois atrás, particularmente em relação à questão do Mercado Municipal, quando dissemos e tendo por base que os Executivos são obrigados a fazer projetos antes de a obra estar no terreno fazem a sua projeção, fazem projetos de planificação e no âmbito do Mercado Municipal foi feito um processo em que era averiguada a capacidade estrutural do Mercado, e nesse relatório que foi feito por uma Empresa aparecem deficiências graves em relação à estrutura do Mercado. E, a única coisa que eu disse na altura foi, se o



projeto que V.^a Ex.^a apresentou porque foi muito pródigo em relação às obras. Reformular projetos, nós inclusivamente temos o Interface, vulgarmente conhecido em Trás-os-Montes por Estação de Camionagem, ou seja esta que estava projetada, para onde está agora o terminal, a determina altura o Sr. Presidente porque era o Presidente do executivo decidiu contruí-la junto ao Parque Urbano, passado pouco tempo, talvez depois de uma noite mal dormida pensou sobre o assunto e decidiu voltar a transferi-la para a zona junto da rotunda ao pé da entrada da cidade. Sr. Presidente será que não houve perda de tempo também aqui? Andamos a criticar os outros e nós próprios não temos de fazer um ato de contrição em relação a esta situação? Ou seja, quer queiramos quer não, andou aqui com projetistas para a frente e para trás e no fim de contas há aqui várias coisas que me parece que o senhor teve as mesmas dificuldades que teve o executivo anterior. Eu dou de barato que o senhor não tenha começado as obras por questões eleitorais, pois não acredito em nada disso e como não acredito, acredito que o senhor esteve 3 anos de dificuldades extremas. E Vossa excelência vem desafiar-me a mim para apresentar o estudo. O estudo foi-me cedido pelo Executivo anterior e o mesmo põe em causa a capacidade estrutural do Mercado para suportar uma obra de peso muito grande e foi essa dúvida que eu coloquei. E o senhor Presidente diz-me "desafio-o a apresentar o estudo", digo-lhe pois que a mim não tem de me desafiar, tem é de procurar aos serviços técnicos da câmara se esse estudo existe ou não existe e, se de alguma maneira o projeto e o enquadramento do novo Mercado Municipal foi tendo em conta este estudo. Mas ainda acontece uma coisa curiosa. O Sr. Presidente deixa aqui nas entrelinhas e ninguém liga, e o senhor Presidente transfere o Mercado Municipal e transforma o Mercado não num Mercado Municipal mas num autêntico Shopping. Ou seja no projeto que existe as bancadas de venda desaparecem completamente e sendo este um edifício icónico da Cidade, eu trabalho lá e lido com as pessoas e gera-se ali um ambiente que é familiar mas o Sr. Presidente transforma todo o Mercado num Shopping porque vira lojas para fora e vira lojas para dentro e as bancas desaparecem, e o espírito do Mercado não existe. E volto a referir que o Sr. Presidente numa noite mal dormida, ou provavelmente de mau sono também reconheceu isso e então vai fazer o seguinte vai meter numa reunião da CIM (PROVER – Reforço Projetos Ancora, possibilidade de reforço de cerca de 300 mil euros para o Mercado, sendo no entanto necessário alocar a uma área específica como os produtos endógenos, bancas de venda por exemplo) o senhor Presidente tirou aqui o coelho da toca porque viu o erro que cometeu e agora vai querer alocar as bancas de venda de produtos endógenos (produtos agrícolas que as pessoas têm e vendem) à parte exterior do Mercado que em boa verdade deixa de ser um Mercado e vamos ter na prática um Mercado ao ar livre. Em relação a uma questão que não se falou aqui. Procedimentos concluídos, aquisição de serviços para execução e colocação de letras metálicas de grande dimensão com caixas de luz. É, na sua opinião, não na minha, o ex-libris da Cidade. De facto aquilo está de morrer e tem de admitir e encarecidamente pedia-lhe um favor, conforme o Parque Urbano esteja feito arranje um local lá para deslocalizar aquelas letras, ou então, faça outra coisa, coloque-as no Azibo mas tire-as de onde estão por favor porque fica lá muito mal, até porque é uma obra que não foi de todo bem conseguida e até a

própria qualidade não dignifica a cidade. Em relação a outra obra que este Executivo concluiu “Aquisição de bancadas amovíveis na Praia da Fraga da Pegada, o senhor Presidente gasta 100 mil euros num período de contingência em que vai adquirir bancadas amovíveis”, se fosse eu gastava este 100 mil euros num sintético e não naquelas bancadas até porque agravam ainda mais a “cicatriz” que ali está e permitiam (não existindo) uma recuperação daquele espaço natural muito mais bonito. Em relação à página 22 da informação, e não sei se existe aqui algum erro ou não, nas obras adjudicadas refere que a 27 de janeiro foram assinados protocolos de parceria com todas as Juntas de Freguesia do Concelho que têm previstos investimentos a executar em parceria com a Câmara Municipal, totalizando um montante de 576 mil euros e, a mim, parece-me que há aqui um erro muito grande em relação à questão de datas e mesmo em relação aos investimentos que estão a ser feitos porque alguns deles, provavelmente não vão ter cabimento neste ano económico. Por outro lado dizer-lhe que a empreitada de obra pública denominada “Requalificação do Centro Hípico de Grijó” que sendo aqui uma questão que envolve até a minha área profissional dir-lhe-ia que acho um investimento excessivo. Ou o Senhor Presidente tem uma planificação enorme, embora a empreitada já esteja em execução, e sendo comparticipada, parece-me que alocar esta verba a esta obra parece-me um manifesto exagero tendo por base algumas prioridades que o concelho deve ter. Em relação às empreitadas concluídas e porque fui ver ao local, há 15 dias, chamar à atenção sobre a colocação da ETAR em Nozelos porque a ligação não está feita e por isso não deve dar a empreitada por concluída. Ainda a Empreitada de Obra Pública denominada “Placa de Estacionamento para Aeronaves no Heliporto e Requalificação da Rua Principal de Talhas” dizer que relativamente à Requalificação da Rua Principal de Talhas, acho que Talhas, como todas as aldeias merece muito mais do que aquela Requalificação. Em relação à Placa de Estacionamento para Aeronaves no Heliporto a obra ainda não está concluída, ou está? Parece-me que não. E perguntar-lhe ainda se esta placa de estacionamento está aprovada pela ANAC, ou seja pode ser utilizada efetivamente como placa?” -----

ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS) – Que disse: “ Senhor Presidente do Município, a democracia tem destas coisas. O deputado municipal que interveio antes de mim retirou-me argumentos para um dos temas que pretendia abordar porque um deles é sem dúvida a aquisição das letras metálicas. Sobre isto perguntar ao Sr. Presidente se não tem ninguém que o aconselhe sob o ponto de vista estético e paisagístico? Não se compreende como é possível fazer-se uma coisa daquelas, para além de que aquilo mais parece uma homenagem ao Bloco de Esquerda do que outra coisa. Depois dizer que partilho da opinião do deputado municipal Nuno Morais relativamente à aquisição de bancadas amovíveis para a Praia da Fraga da Pegada. E, se já conheciam a minha rejeição daquela edificação naquele sítio que é conhecida por todos porque já o disse várias vezes nesta Assembleia e eu até já pedi ao executivo Municipal que nos desse informação sobre o montante dos dinheiros e como é que o dinheiro foi gasto, quanto foi e de onde veio, mas ainda não tive essa informação. Mas



agora tenho a informação de que foram gastos quase 100 mil euros em bancadas amovíveis e eu pergunto para quem? É para ser usado uma vez por ano? Se estas são as prioridades da Autarquia, estamos conversados. De seguida dar os parabéns ao Sr. Presidente porque já consta da informação escrita a aquisição de serviços para a elaboração do Estudo Prévio da Expansão da Zona Industrial. Com dois anos e meio de atraso mas, cá está. Queria ainda perguntar o que é "aquisição de serviços de animação de rua no concelho em trem elétrico", pois não sei o que é. Finalmente só uma nota relativamente ao parque da Cidade – eu tenho ouvido muitas vezes o Sr. Presidente dizer para a Comunicação Social que é uma obra muito ansiada há 30 anos, e é verdade. Mas a obra que era ansiada há 30 anos não era esta, ansiado há 30 anos é a construção de um novo Centro Urbano com base no Parque da Cidade, isto foi o que se defendeu na Assembleia durante 30 anos e eu tenho muita pena, e sei que estes projetos foram aprovados por unanimidade em diferentes Executivos. Mas, eu digolhe usar o "miolo" da Cidade que era o único que tínhamos para reorganizar todo o centro e para fazer um jardim que eu chamo de Suspenso da Babilónia e estarmos todos aqui a bater palmas com um jardinzinho que não tem mais nada vou dizer-vos uma coisa e, peço desculpa a todos os que adoram o projeto (o Sr. Presidente da Câmara sabe deste meu desconforto pelo menos há dois anos e meio) eu tenho muita pena que não se traga água para o centro da cidade, como tenho pena que não tenha definido uma zona de pormenor na envolvente ao Parque da Cidade, tenho pena que o Parque da Cidade não seja pensado para uso diário de toda a gente. Bem sei que é preciso infraestruturar, criar novas soluções e inovar no Parque da Cidade porque um Parque da Cidade não é um jardim e o que está a acontecer é que estamos a gastar imenso dinheiro num jardim, são dois milhões e meio de euros e fica toda a gente calada a olhar para mim. Eu por vezes sinto-me mal porque chego a sentir-me anormal no meio disto tudo e eu estou a dizer isto com vontade que o Sr. Presidente, de quem sou amigo faça aquilo que ainda puder para redefinir e reconceptualizar, e bem sei que os prazos apertam e que o dinheiro está lá, mas a mim o que me custa, em jeito de desabafo final é que o País seja isto. Gastamos todos dinheiro mal gasto porque os prazos apertam e porque afinal nunca tivemos ideias antes de fazermos as coisas." -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: " Fico feliz pela proposta do Deputado Municipal Acácio Espirito Santo ter sido aprovada por unanimidade porque só demonstra o interesse dos partidos que se uniram em torno do concelho e eu vou já dar uma pista e lançar outra estrada das Cabanas porque tenho a certeza de que já ninguém vai falar da outra que já tem 4 anos e uma Assembleia que é Assembleia tem de abordar a questão da estrada das Cabanas. E, por falar em equipas de futebol recordo-me que o anterior Executivo da Câmara Municipal há três anos que era tão diferente do que é agora, e aí o Dr. Acácio (que agora se nota que é independente) e quero desde já dar-lhe os parabéns porque ele vem aqui e diz as coisas ao Sr. Presidente de uma maneira, ele deita-o abaixo, espezinha-o e mexe-lhe na ferida e o Sr. Presidente quando a seguir intervém, chega aqui e diz "o meu amigo Acácio".

E, eu que chego aqui com a minha humildade a pedir uma “coroas” para a minha freguesia e o senhor Presidente responde-me mal. -----
Então a antiga equipa do executivo faz-me lembrar a equipa do Barcelona agora, as grandes estrelas que tinha na altura agora saltou tudo para fora, foi o Arquiteto Mascarenhas, foi o Dr. Acácio, foi o Eng. Henrique Palma e já hoje ouviu aqui dizer que já caiu outra estrela. -----
Mas mudando de assunto dizer que fico feliz porque atribuíram 73 mil euros às Associações do concelho, 12 mil euros aos Clubes Desportivos, que não de futebol que também têm a sua importância e têm direito como têm os outros. Mas ainda assim tenho uma dúvida, e por isso pergunto porque motivo algumas Associações foram apoiadas e outras não. Todas as Associações que a Câmara apoiou estão todas legais? Sei que há algumas pessoas que vêm a Associação como sua, não prestam contas, não afixam reuniões, nem reúnem e não passam de Associações individuais que no final são o ganha-pão de quem as gere. Do lado oposto dessas Associações que estou a falar está por exemplo a APOL (Amigos por Lamalonga) é uma Associação que mostra trabalho, que está dentro da legalidade e se encontra posta de parte por este Executivo. Creio eu, que só pode ser por razões políticas, visto estar 100% legal, em funcionamento e não teve direito a apoio e está agora, a ser despejada da Sede da Associação (eles utilizavam a antiga escola de Lamalonga e por alguma razão a Câmara despejou a Associação Amigos por Lamalonga da Escola). A pessoa que está à frente da Associação sabe que foi despejada, mas não sabe porquê, sabe que as outras associações tiveram apoio e não sabe porque não tiveram eles apoio e isto leva-nos a crer que são razões políticas. Resumindo isto funciona assim: Associações Laranjas – não; Associações Rosas – sim; Livros para as aldeias laranjas – não. Tudo o que seja feita por alguém que teve alguma ligação ao anterior Executivo ou que tenha alguma ligação ao Partido Social Democrata fica sempre de lado, e isto não pode ser assim Sr. Presidente da Câmara. O Senhor Presidente disse-nos que iria ser direto e correto e se calhar todas estas pessoas que estão a sair do seu Partido, talvez seja porque o senhor disse uma coisa e acabou por fazer outra completamente diferente e então aos pouquinhos seja por birra ou politiquice está a destruir o que há de bom no nosso concelho, ou seja, são Museus que fecham, Associações como a APOL que tem demonstrado trabalho que são expulsas da Sede por qualquer razão que eles desconhecem e os tais livros que não dão o mínimo apoio. É a nossa história, como os Museus são a nossa história, não façam essas birras, as Juntas que não recebem um único tostão, elas estão a apoiar porque as pessoas gostam de ver “Espadanedo era Espadanel, e era isto,...,mas não era nada daquilo” porque houve alguém que desenterrou a história e esse alguém agora, aproveitou os pedacinhos que havia e pô-los em livro e acho que ficava bem além da Câmara dar um bocadinho a Junta dava outro bocadinho eram coisas que não se esqueciam, porque Turismo não é só o Azibo, nem é chegarmos aqui e deitarmo-nos ao sol durante 8 horas. Turismo é uma pessoa vir a Macedo e não vir cá só para comer. É entrar, ver um Museu, comprar um livro e fazer alguma coisa. E, nós temos de demonstrar que não somos só uma boa Barragem e um bom Restaurante e temos de dar uma hipótese às pessoas que não gostam do Turismo (praia) de virem para o Interior e de deixarem cá o dinheiro pois tudo se queixa que vai



tudo para a barragem e não vem ninguém para Macedo. Mas é verdade e pergunto o que vêm fazer a Macedo se não temos cá nada?" -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal "Relativamente ao pedido do Deputado Municipal Luís Vaz sobre as reuniões com os membros do Governo são de facto imensas e posso começar por dizer que houve mais que uma reunião com a Ministra da Coesão, com o Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional e com a Secretária de Estado de Valorização do Interior e isto respeita sempre a fundos comunitários a serem investidos no nosso território. Visa também criar polos de interesse e sensibilizar o Governo para investimentos focais aqui no nosso território, em várias áreas estratégicas. Tivemos uma reunião com o Ministro do Planeamento, Nelson Sousa e com o Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos com várias razões, nomeadamente sobre os novos fundos comunitários que aí vêm que vão ser bastantes e de milhões e obviamente queremos estar posicionados para poder discutir e solicitar que o nosso território seja olhado com algum carinho. Dizer que com o Ministro das Infraestruturas uma das questões abordadas foi a recuperação da residência de alunos, que é um dos nossos pontos estratégicos de investimentos, falamos sobre o estado das infraestruturas no concelho, nomeadamente estradas municipais e até estradas nacionais e as prioridades de requalificação e a eventual ligação do IP2 a Vinhais e à Godiña, que não está no bom caminho e esta questão sim devia ser tratado por esta Assembleia tomando uma posição mais firme que ainda não tiveram. Entre outras várias reuniões também, com a Ministra da Coesão Territorial, esteve um dia em Macedo e só isso significa que há um apreço e que há preocupação de nos ouvir e de saber quais são os nossos anseios e fazer ampliar e trazer investimento para a nossa Zona Industrial, que inclusive a Sr.^a Ministra teve oportunidade de visitar. Visitou também outras áreas de intervenção, nomeadamente na área social em que temos grandes preocupações como é o caso dos equipamentos sociais em Carrapatas, Cortiços e Grijó. Visitamos também o Convento de Balsamão, onde foi possível perceber que há ali um grande investimento estrutural e interligado com outros empreendedores da região para fomentar o turismo e trabalhar em rede e dessa forma criar soluções de atratividade para um turismo de natureza, contemplativo e religioso, termal e toda uma série de possibilidades que temos e estamos a trabalhar também nesse sentido. Tivemos reuniões também com a Ministra do Turismo no sentido de criar outras soluções de investimento focal no turismo e nas áreas que temos mais privilegiadas de natureza e de um turismo de lazer e pedestre e de toda uma série de situações que poderão ser potenciadas e ajudadas pelo Governo quando fizermos candidaturas e para que possamos ser vistos de outra forma. -----

Reunimos também com a Secretaria de Estado da Valorização do interior precisamente para

sensibilizarmos para novas soluções, nomeadamente na área do Ensino. Para além destas já realizadas muitas outras estão já agendadas. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais no que diz respeito às obras dizer que é óbvio que somos parceiros no futebol e jogamos na mesma equipa e não andamos à canelada um ao outro. Mas na nossa equipa, como em qualquer outra, não há atletas insubstituíveis, uns caem e como disse e muito bem amanhã posso cair eu, se o povo macedense entender que eu não sou um bom Presidente, um individuo que veio para este executivo e que em termos de ganhos mensais, irá embora porque veio para aqui sem interesses, dedicado à causa, mas vai embora porque fez um trabalho de grande sacrifício, de rigor de transparência mas não merece continuar. Relativamente à execução das obras eu já aqui o disse e volto a insistir. Há motivos que fazem com que as obras tenham sido executadas de forma tardia. E, agora até questiono. Tinha eu algum interesse em não concluir as obras até às eleições? De certeza que não e o que eu gostaria era de inaugurar-las a todas mas corro o risco de não inaugurar nenhuma mas de uma coisa tenho a certeza, as obras vão estar todas em execução e, quem vier a seguir, se não for eu, vai ter pelo menos esse gaudio de ter as obras a andar e de ter a cidade em progresso. A realização das obras para quem não sabe são atos dependentes do Tribunal de Contas e da Autoridade de Gestão (CCDRN). -----

Sobre o Mercado Municipal dizer que foi candidatado com uma estimativa orçamental e não era possível ter um orçamento ilegível com valores tão altos (2 milhões e meio de euros) que tinha a ver uma série de situações que este Executivo conseguiu evitar. Depois quando o Sr. Deputado diz em que é que nos baseamos para reformularmos o projeto, e me pede um parecer técnico, questiono qual é a sua competência em arquitetura e engenharia e se põe em causa o termo de responsabilidade do técnico autor do projeto de estabilidade. Gostava portanto que o Sr. Deputado dissesse em que é que o projeto atual põe em causa a estabilidade do edifício? Dizer também que a Câmara optou por um projeto diferente num processo ajustado à realidade. -----

Quanto ao interface posso dizer que quando foi desenhado para junto do Parque da Cidade achei uma ideia interessante, mas era necessário negociar alguns terrenos, mas consegui com um terreno que era quase todo propriedade da câmara, acrescentar um lote de terreno, ter mais espaço para fazer um interface digno, numa zona que toda a gente concordava que seria a melhor zona de acesso sem pôr em causa o trânsito da Cidade, a segurança das pessoas e dando outra dignidade à entrada da Cidade. O que acontece é que sou bom ouvinte e ouvi as pessoas e também sei reconhecer quando às vezes as ideias que temos não são as melhores, e, ainda bem que a maior parte das pessoas me abordaram e ao restante executivo conseguimos reverter o projeto e viabilizamos o projeto de duas formas, poupamos dinheiro e conseguimos negociar com a família Catita que foi excepcional e aceitou os preços que foram avaliados. Assim conseguimos fazer ali um projeto digno para a Cidade e na melhor localização. -----

Relativamente ao Letring dizer que a sua localização foi discutida por várias vezes e até confesso que gostaria de ter um à imagem de Hollywood, numa montanha de acesso à Cidade



[Handwritten signatures in blue ink]

ou no Azibo, mas alertaram-me para o facto de que as pessoas quando vêm ao centro da Cidade não têm motivos para tirar fotografias e hoje posso dizer que das fotografias mais bonitas que o Município tem neste momento é com o reflexo da imagem do Letring. Quanto à letra A que faz lembrar o símbolo do Bloco de Esquerda dizer que essa ideia foi minha porque durante o dia está um A dinâmico de braços abertos e durante a noite vê-se uma seta apontada ao céu e, o céu é o nosso limite. -----

Relativamente aos 100 mil euros que foram gastos nas bancadas, foram 65 mil euros mais IVA. Isto pode parecer caro mas alugar as bancadas no final ficava muito mais dispendioso e quanto às normas cumprem como é óbvio todas as normas do ICNF. -----

-Sobre a obra do Centro Hípico de Grijó e o seu suposto investimento excessivo, opinião com a qual não concordo porque se essa obra não fosse feita ali seria feita no outro lado da serra de Bornes (Sambade), pois o Município de Alfândega da Fé tinha interesse em fazer o Centro Hípico. -----

Quanto à ETAR de Nozelos dizer que quando a Câmara dá as obras por finalizadas há sempre pequenos pormenores que acabam por ter que ser acabados mais tarde. A obra de Talhas foi feita e diga-se está muito bem-feita. Sobre o heliporto concordo que a vedação não está mas é porque é outra obra. Relativamente às condições para ser utilizada ou não duvido que a obra fosse feita sem pedir esses pareceres. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo dizer que nunca imaginei um dia chegar aqui e ouvir um colega Deputado da bancada do PSD a dar-lhe os parabéns porque finalmente tinha intervenções "livres". Mas o Deputado Municipal sempre foi um Deputado independente, não tem nenhum compromisso com o PS e isto só revela que temos todo o gosto em ter nas nossas listas pessoas independentes com direito à sua opinião. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal David Martins dizer ele faz as suas intervenções sempre com um ar muito irónico e eu também podia sê-lo neste momento mas não lavo as mãos como Pilatos e por isso estou aqui para assumir as minhas responsabilidades e eu já disse ao Sr. Deputado que em situações de emergência estou cá para ajudar a todos, incluindo Espadanedo e toda a União de Freguesias, porque não tenho qualquer interesse pessoal o meu interesse é defender todos os macedenses, e tendo ser sempre sério no que digo e no que faço. Relativamente ao apoio às Associações estranho muito o que aqui disse relativamente à Associação de Lamalonga porque a Sr.ª Vereadora fez um excelente trabalho no apoio das Associações e quando questionou se havia alguma Associação que não estivesse a ser apoiada, o que lhe disse foi que há um questionário que tem de ser preenchido e é em função desse questionário que atribuem os apoios e duvido que tenha existido alguma discriminação política. -----

PONTO 2.3 – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS / APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA g), N.º 1 DO

ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte de agosto de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS / PROPOSTA DE APROVAÇÃO FINAL -----

Presente a informação da Divisão Jurídica e Administrativa, datada de 14-08-2020, que se transcreve. -----

“A Câmara municipal, por deliberação tomada em reunião realizada a 07.05.2020, aprovou sob a forma de projeto, o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Macedo de Cavaleiros. Foi decidido, na mesma deliberação, submetê-lo a consulta pública, o que foi feito, tendo terminado o prazo em 03.08.2020, não tendo sido apresentada qualquer sugestão. Assim, encontram-se reunidos os pressupostos para que este regulamento seja presente à Câmara Municipal para aprovação e, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea k) e 25.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprova o envio do processo à Assembleia Municipal, para apreciação e aprovação final.”

O Regulamento dá-se como transcrito, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar a proposta de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Macedo de Cavaleiros nos termos propostos e, para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Abertas as inscrições, usou da palavra. -----

LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS) – Que disse: “ O orçamento participativo traz uma coisa. Foi a população que ajudou a decidir algum do orçamento da Câmara e gostaria que a Câmara não se ficasse só pela criação deste orçamento participativo mas também gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara que ações é que está a planear para envolver a população já que muitas das coisas, por existirem não quer dizer que as pessoas adiram e para que isso aconteça como se vai promover este orçamento participativo. Acho que devido ao limite mínimo de idade para participar, que é ter 18 anos, seria muito interessante envolver as Escolas, como acontece já noutros Municípios, até para os próprios alunos participarem ativamente na vida política do concelho. Já temos o Conselho Municipal de Juventude apesar de ainda precisar de uma pequena força para avançar. E, quais são as ideias da Câmara para envolver as camadas mais jovens na política.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse que esta intervenção do Sr. Deputado é uma excelente ideia porque o executivo anda a desenhar um modelo de orçamento participativo jovem, o que não inviabiliza



que eles também possam participar no orçamento participativo. A forma que estamos a pensar em divulgar é utilizar todas as ferramentas possíveis, divulgar através da Rádio e do EDRU com ações inclusive de sensibilização para que as pessoas participem. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos propostos pela Câmara Municipal, o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Macedo de Cavaleiros. -----

PONTO 2.4 – AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA NO MONTANTE DE 5.761.220,49€ / PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA f), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezassete de setembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA NO MONTANTE ATÉ 5.761.220,49€ / PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO: DELIBERAÇÃO -----

Presente a informação do Departamento de Administração Geral datada de 2020-09-11, que se transcreve. -----

“ No seguimento do despacho do Presidente da Câmara, datado de 2020-08-28, ratificado por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada a 2020-09-03 e para o fim em vista passo a informar o seguinte: -----

I – Formalidades -----

Nos termos do artigo 49.º, nº 5 da RFALEI, o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimos é obrigatoriamente acompanhada de demonstração de consulta e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal do município. -----

II – Pressupostos da Consulta -----

1.As condições definidas para a contratação desta abertura de crédito foram: -----

a)Montante a contratar: 5.761.600,82 euros -----

b) Prazo: 20 anos, contados a partir da perfeição e eficácia do contrato -----

c)Período de carência: inexistente -----

d) Utilização: imediata após a perfeição do contrato (Visto do Tribunal de Contas) -----

e) Reembolso: em prestações semestrais constantes, vencendo-se, a primeira, seis meses após a execução do contrato -----

f) Pagamento de juros: semestrais postecipados -----

Cij
eli
[Signature]

g) Taxa de juro: indexada à Euribor a 6 meses + Spread, sendo que o resultado do somatório do indexante + Spread seja negativo, considera-se que a taxa nominal aplicável corresponde ao valor zero. O Spread deve ser igual para o prazo de amortização -----

h) Garantias: as legais -----

i) Cláusula particular: o município (mutuário) poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão

j) As propostas a apresentar deverão indicar a seguinte informação e anexar os seguintes documentos: i) Montante; ii) Taxa de juro, com indicação do spread para o período global do contrato nos termos definidos; iii) Apresentação do plano de amortização, com indicação expressa da aplicação da taxa de juro proposta para o período global do contrato (estimativas anuais do serviços de dívida – amortização de capital + juros) -----

k) Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 11 do artigo 51.º da RFALEI não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80% das amortizações médias, ou seja 230.464,03€ (duzentos e trinta mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e três cêntimos), assim obtidas: -----

(a)Capital	5.761.600,82€	
(b)Prazo do contrato (anos)	20 anos	
(c)Amortizações médias = (a)/(b)	288.080,04€	Artigo 40.º, n.º 4 da RFALEI
(d)Limite inferior às amortizações anuais previstas – 80% das amortizações médias = (c) x 80%	230.464,03€	Artigo 51.º, n.º 11 da RFALEI

l) Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação ou liquidação antecipada do empréstimo. -----

III – Critério de adjudicação -----

Critério de adjudicação: a adjudicação far-se-á à proposta economicamente mais vantajosa. ----

a)Considera-se economicamente mais vantajosa a proposta que apresente o menor dos encargos para o município, a apurar do Spread proposto. -----

b) Caso a proposta economicamente mais vantajosa não financie a totalidade do valor em consulta, a adjudicação far-se-á, sucessivamente, à(s) instituição(ões) financeira(s)cuja(s) proposta(s) esteja(m) a seguir classificada(s) até perfazer aquele valor ou o valor máximo das propostas apresentadas. -----

c) Em caso de empate, promove-se negociação por escrito entre as instituições financeiras que se encontrem nessa situação. -----

d) O município reserva-se ao direito de não adjudicar. -----

IV – Apreciação das propostas -----

A Comissão de Abertura e Análise das propostas reuniu e fundamentadamente propõe a adjudicação à Instituição bancária Crédito Agrícola de Trás-os-Montes e Alto Douro, juntando a apreciação das propostas. -----



Cij
eb
A

Perante o exposto, a Câmara Municipal está em condições de deliberar sobre o assunto. Caso a decisão seja no sentido de adjudicar como se propõe, nos termos do artigo 49.º, n.º 5 da RFALEI, deve o assunto ser presente à próxima Assembleia Municipal. -----

Anexo: -----

Processo inicial; - Ata de abertura das propostas; - Apreciação das propostas. -----

Dão-se como transcritos os documentos apensos à informação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou: -----

1) Homologar a ata de abertura das propostas, bem como a ata de apreciação das propostas.

2) Com base no critério de adjudicação definido e com fundamento na avaliação efetuada, contratar esta abertura de Crédito ao Crédito Agrícola de Trás-os-Montes e Alto Douro nas seguintes condições: -----

i) Até ao montante de 5.761.600,82€; -----

ii) Prazo: 20 anos, após visto do Tribunal de Contas; -----

iii) Período de carência de capital: inexistente; -----

iv) Reembolso (capital e juros): em prestações semestrais constantes, vencendo-se a primeira, seis meses após a execução do contrato; -----

v) Pagamento em prestações semestrais; -----

vi) Taxa de Juro: indexada à Euribor a 6 meses + Spread, sendo que o resultado do somatório do indexante + Spread seja negativo; -----

vii) Cláusula particular: possibilidade de reembolso antecipado, parcial ou integral, sem qualquer penalização; -----

viii) Comissões: isenção de qualquer tipo de comissão ou encargos. -----

Nos termos e para os efeitos do artigo 49.º, n.º 5 e 6 da RFALEI mais foi deliberado remeter o assunto a apreciação da Assembleia Municipal. "" -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “Na minha perspetiva este foi um ato de gestão mais responsável que este Executivo tomou. Porquanto, contraiu um empréstimo baseado em todas as formalidades legais que diminui o passivo da câmara e não aumenta a dívida. A indexação em 20 anos de custos diferidos gera uma folga financeira que permite à câmara participar ativamente na sua gestão corrente e na sua gestão de investimento. Tem um Spread aceitável em empréstimos bancários desta natureza e portanto esta é a análise que faço a este empréstimo. Dizer também que o próximo executivo não terá nos próximos 2 ou 3 anos quaisquer encargos com as Águas do Norte na medida em que a Câmara Municipal a 30 ou a 45 dias tem pago as faturas todas.”-----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que disse: “ Dizer ao Deputado Municipal que me antecedeu que as taxas e juro deste empréstimo vão de encontro ao que o Mercado atualmente oferece e dizer o seguinte. Em relação a estas questões da dívida é óbvio

que não me orgulho desta dívida. É óbvio que o executivo anterior já renegociou o senhor Presidente, no final de contas não pagou essa renegociação e portanto estas dívidas estavam a ser pagas e não há aqui nenhum expediente especial que o Senhor Presidente faça, a não ser melhorar as condições de pagamento dessa dívida. Também é importante saber que esta dívida no seu executivo custou-nos mais 800 mil euros e ainda existe outra dívida que também está a pagar porque a sua renegociação nos vai custar mais 1 milhão e 100 mil euros. Ou seja, isto é tudo muito bonito e o Sr. Presidente pode vir aqui “encher a boca” que está a pagar as dívidas dos outros (o que não deixa de ser verdade) mas de qualquer das maneiras esta politiquice toda custou-nos mais 2 milhões de euros e quando dizem que está tudo bem, para mim não está, ou seja, toda esta questão custa mais 2 milhões de euros e já agora, nós trazemos do ano passado 2 milhões de euros da dívida. Quer dizer a dívida não é só do executivo anterior porque o Sr. Presidente também está a fazer dívida e eu estou muito curioso para saber a Prestação de Contas de abril do próximo ano, porque acho que vai estourar no teto.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse: “ realmente continuam a dar-me motivos para “brilhar” e eu quero agradecer a intervenção da bancada do PSD porque me permite “brilhar”. Relativamente às palavras do Deputado Municipal Fernando Gomes, agradecer a forma simples e frontal como aqui disse e de forma sucinta, o que é que isto representa. Há uma coisa que não podemos ter como garantida, esta validação pelo Tribunal de Contas. Isto ainda não é uma vitória. É uma tentativa de renegociar com um spread aceitável e obviamente que isto permitir-nos-ia a 20 anos pagar uma dívida que não é o mesmo que pagá-la em 4 anos e assim permite-nos uma gestão do investimento e alguma folga financeira que não a teríamos de outra forma.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 58 votos a favor dos Deputados Municipais, Camilo Morais, Acácio Espírito Santo, Celina Martins, Rogério Pires, Manuel Carvalho, José Carlos Azevedo, Fernando Gomes, Paulo Ferreirinha, Ricardo Batista, Carla Palhau, Elias Afonso, Joana Vaz, Luís Vaz, Catarina Matos, Alice Pires, José Madalena, António Afonso, Inês Falcão, António Nuno Morais, Humberto Trovisco, Carlos Rodrigues, Judite Lino, Halestino Pimentel, Luís Gonçalves, Jorge Artilheiro, Francisco Correia, Jacinta Lopes, António Vila Franca, Manuel Rodrigues, Ana Isabel Pires, José Jecas, Armando Carrazedo, José Génio, José Manuel Fernandes, Eduardo Pereira, António Luís Gomes, Simão Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Fraga, Leonardo Vila Franca, Armindo Cepeda, Edgar Fragoso, Ramiro Valadar, Rui Lopes, Ricardo Cordeiro, João Pinto, Jorge Pinto, Inácio Roma, Luís Manuel Rodrigues, Helena Sapage, Alípio Marcos, Manuel Mico, Maria Delfina Sarmiento, Manuel Santos, António Romão, Carlos Justo, João Alves e Jorge Asseiro e 1 abstenção do Deputado Municipal David da Silva Martins, deliberou aprovar nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou autorizar



a contratação de empréstimo a médio/longo prazo, no valor até 5.761.220,49€, junto do Crédito Agrícola de Trás-os-Montes e Alto Douro, de acordo com as condições referidas na informação e para a finalidade constante no processo. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink.

PONTO 2.5 – AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA NO MONTANTE DE 1.493.836,31€ / PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA f), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de três de setembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA NO MONTANTE ATÉ 1.493.836,31€ - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO: DELIBERAÇÃO -----

Presente a informação do Departamento de Administração Geral datada de 21-08-2020, que se transcreve. -----

“ No seguimento do despacho do Presidente da Câmara, datado de 2020-06-17, ratificado por deliberação da Câmara Municipal em reunião realizada a 2020-06-25 e para o fim em vista passo a informar o seguinte: -----

-I – FORMALIDADES -----

Nos termos do artigo 49.º, n.º 5 da RFALEI, o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de demonstração de consulta e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal do município. -----

II – PRESSUPOSTOS DA CONSULTA -----

1. As condições definidas para a contratação desta abertura de crédito foram: -----

a) Montante a contratar: até 1.493.836,31 euros -----

b) Prazo: 10 anos, contados a partir da perfeição e eficácia do contrato -----

c) Período de carência: inexistente -----

d) Utilização: imediata após a perfeição do contrato (Visto do Tribunal de Contas) -----

e) Reembolso: em prestações semestrais constantes, vencendo-se, a primeira, seis meses após a execução do contrato -----

f) Pagamento de juros: semestrais postecipados -----

g) Taxa de juro: indexada à Euribor a 6 meses + Spread, sendo que se o somatório do indexante + Spread seja negativo, considera-se que a taxa nominal aplicável corresponde ao valor zero. O Spread deve ser igual para o prazo de amortização. -----

h) garantias: as legais -----

- i) Cláusula particular: o município (mutuário) poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão
- j) As propostas a apresentar deverão indicar a seguinte informação e anexar os seguintes documentos: i) Montante; ii) Taxa de juro, com indicação do spread para o período global do contrato nos termos definidos; iii) Apresentação do plano de amortização, com indicação expressa da aplicação da taxa de juro proposta para o período global do contrato (estimativas anuais do serviços de dívida – amortização de capital + juros) -----
- k) Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 11 do artigo 51.º da RFALEI não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80% das amortizações médias, ou seja 119.506,90€ (cento e dezanove mil, quinhentos e seis euros e noventa cêntimos), assim obtidas: -----

(a) Capital	1.493.836,31€	
(b) Prazo do contrato (anos)	10 anos	
(c) Amortizações médias = (a)/(b)	149.383,63€	Artigo 40.º, n.º 4 da RFALEI
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas – 80% das amortizações médias = (c) x 80%	119.506,90€	Artigo 51.º, n.º 11 da RFALEI

- l) Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação ou liquidação antecipada do empréstimo. -----

III – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO -----

Critério de adjudicação: a adjudicação far-se-á à proposta economicamente mais vantajosa. a) Considera-se economicamente mais vantajosa a proposta que apresente o menor dos encargos para o município, a apurar do Spread proposto. B) Caso a proposta economicamente mais vantajosa não financie a totalidade do valor em consulta, a adjudicação far-se-á, sucessivamente, à(s) instituição(ões) financeira(s) cuja(s) proposta(s) esteja(m) a seguir classificada(s) até perfazer aquele valor ou o valor máximo das propostas apresentadas. C) Em caso de empate, promove-se negociação por escrito entre as instituições financeiras que se encontrem nessa situação. -----

IV – APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS -----

A Comissão de Abertura e Análise das propostas reuniu e fundamentadamente propõe a adjudicação à instituição bancária Caixa geral de Depósitos, juntando a apreciação das propostas. Perante o exposto, a Câmara Municipal está em condições de deliberar sobre o assunto. Caso a decisão seja no sentido de adjudicar como se propõe, nos termos do artigo 49.º, n.º 5 da RFALEI, deve o assunto ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal.” -----

Anexo: -----

Ata de abertura das propostas (doc. 1). - Apreciação das propostas (doc.2; - Cópia dos ofícios-convites remetidos às instituições bancárias (doc. 3) e Informação inicial onde consta, entre



Handwritten signatures and initials in blue ink.

outros aspectos, a capacidade de endividamento municipal (doc.4)-----

Dão-se como transcritos os documentos apensos à informação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou: -----

1) Homologar a ata de abertura das propostas, bem como a ata de apreciação das propostas. -

2) Com base no critério de adjudicação definido e com fundamento na avaliação efetuada, contratar esta abertura de crédito à Caixa Geral de Depósitos nas seguintes condições: -----

i) Até ao montante de 1.493.836,31€; -----

ii) Prazo: 10 anos, após visto do Tribunal de Contas; -----

iii) Período de carência: inexistente; -----

iv) Utilização: imediata após a perfeição do contrato (Visto do Tribunal de Contas); -----

v) Reembolso: em prestações semestrais constantes, vencendo-se, a primeira, seis meses após a execução do contrato; -----

vi) Pagamento de juros: semestrais postecipados; -----

vii) Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de 1,00%, com floor. -----

Nos termos e para os efeitos do artigo 49.º, n.º 5 e 6 da RFALEI mais foi deliberado remeter o assunto a apreciação da Assembleia Municipal. "" -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “ segundo a intervenção do Sr. Fernando Gomes ele disse que é um bom negócio e como é contabilista, dizer-lhe que eu estou habituado a usar créditos, comprei o meu carro e a minha casa a créditos e, uma das coisas que faço é: faço a prestação mensal, multiplico pelas prestações que vou fazer e sei o que vou pagar. E, muito rapidamente no telemóvel estive a fazer contas e por exemplo no empréstimo do valor de 5.761.220,49€, vamos pagar em 20 anos 11.523.201,60€, o que quer dizer que a câmara vai pagar mais 6.000.000,00€ do que aquilo que está em dívida. Admito que posso estar enganado. Quanto ao empréstimo no valor de 1.493.836,31€ em 20 anos vamos pagar 2.987.00,00€.” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Que disse “ com esta segunda autorização de abertura de procedimento, até nisto o Município está a trabalhar bem porque se repararem se fosse feito por 10 anos porque o montante era inferior e portanto o spread também é inferior porque foi negociado de outra forma a 10 anos e não a 20 anos e portanto até esta questão se põe. Mas é assim, o anterior Presidente da Câmara disse-me que não tencionava pagar que iria pedir auxílio ao Estado e agora depois de todas estas batalhas para resolver um problema que é gravíssimo e que foi herdado mas que tem de se cumprir. Não queria eu estar na pele do Executivo, mas dizer que tem o apoio do PS e o meu apoio pessoal para que este empréstimo seja aprovado e, que tenham força para cumprir estes planos que não são de todo fáceis. Relativamente às contas que o Deputado Municipal David Martins fez dizer-lhe que não sei se estão bem pois parece-me um exagero pagar tanto dinheiro mas é uma questão de vermos.” ---

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PAD) – Que disse ao Sr. Presidente “ quando vim aqui indagar sobre este assunto o Senhor aproveita e dá aqui um flic-flac à retaguarda e responde com uma coisa que eu não disse. O que eu disse foi que assumia e assumo que esta dívida foi um erro, e não tenho problema nenhum em assumi-la, aliás qualquer um de nós assume isso, se a dívida existia o senhor Presidente assumiu-a quando se candidatou já sabia que existia mas o que interessa é que houve uma série de iniciativas políticas e técnicas que tomou que levaram a que esta dívida nos tenha custado mais 500 mil euros numa ação judicial de 5 milhões e 700 mil euros, que aliás vieram agravar o défice do ano anterior e na dívida de 1 milhão e 400 mil euros mais 300 mil euros e ainda tem outra dívida de águas que está a pagar que nos vai custar mais 1 milhão de euros. E, o que eu estava a dizer, e fui muito linear quando o disse e o Senhor Presidente andou aqui às voltas a tentar quase conseguir aqui um ataque ao PSD quando eu já assumia e assumo desde sempre que esta é uma dívida que me custa a aceitar, como sei que o executivo que vier a seguir vai ter de “engolir” dívidas que o senhor deixar porque aliás nisso aí o PS é prodigo na gestão, e costuma-se dizer que as dívidas não se pagam, gerem-se e o que eu lhe estava a dizer é que esta gestão da dívida e a gestão destas duas quantias deixa-nos genericamente, 2 milhões de euros de dívida a mais. Isto foi tão só aquilo que eu disse e nada mais. Portanto não arranjem aqui subterfúgios quando somos pessoas sérias e estamos aqui a discutir coisas sérias. Digo-lhe ainda que desejo firmemente que o Tribunal de Contas vise este empréstimo, mas não tente arranjar aqui situações como se isto fosse um quebra-cabeças porque não é. E para terminar dizer-lhe que quem os macedenses vão julgar no próximo ano é a si, e não ao Dr. Duarte Moreno (Presidente do anterior Executivo). -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção do Deputado Municipal David Martins disse “não percebo as suas contas. Então fazendo novamente as contas e multiplicando por 3 o spread, que era a negociação que tinha feito o anterior Executivo a 4 anos, diga-me quanto íamos pagar? E diga-me também onde ia arranjar orçamento para pagar isso? As contas que fez para pagar em 20 anos são fantásticas, agora para pagar em 3 anos multiplique por 3 ou 4 anos e diga-me. Pense melhor e diga se estas contas estarão bem-feitas. -----
Ao Deputado Municipal Nuno Morais dizer que faço por honrar os meus compromissos, pagar a fornecedores a tempo e a horas. As dívidas das águas pagaram aquilo que consumimos e estamos a pagá-las desde que entramos para o executivo. Agora, se temos algumas negociações e alguns processos que nos vão custar dinheiro, valeu a pena, se conseguirmos negociar a 20 anos. Foi uma estratégia mas não foi uma estratégia política e mesmo que sejam 12 milhões desafio a dividir por 12 meses x 20 e veja quanto isso vai dar. De certeza que não vai dar o estrangulamento que seriam o triplo de juros a pagar em 4 anos e 6 milhões, que daria 1 milhão de euros por ano mais os juros. -----



Handwritten signatures in blue ink:
Cij
ew
A

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 58 votos a favor dos Deputados Municipais, Camilo Morais, Acácio Espírito Santo, Celina Martins, Rogério Pires, Manuel Carvalho, José Carlos Azevedo, Fernando Gomes, Paulo Ferreirinha, Ricardo Batista, Carla Palhau, Elias Afonso, Joana Vaz, Luís Vaz, Catarina Matos, Alice Pires, José Madalena, António Afonso, Inês Falcão, António Nuno Morais, Humberto Trovisco, Carlos Rodrigues, Judite Lino, Halestino Pimentel, Luís Gonçalves, Jorge Artilheiro, Francisco Correia, Jacinta Lopes, António Vila Franca, Manuel Rodrigues, Ana Isabel Pires, José Jecas, Armando Carrazedo, José Génio, José Manuel Fernandes, Eduardo Pereira, António Luís Gomes, Simão Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Fraga, Leonardo Vila Franca, Armindo Cepeda, Edgar Fragoso, Ramiro Valadar, Rui Lopes, Ricardo Cordeiro, João Pinto, Jorge Pinto, Inácio Roma, Luís Manuel Rodrigues, Helena Sapage, Alípio Marcos, Manuel Mico, Maria Delfina Sarmiento, Manuel Santos, António Romão, Carlos Justo, João Alves e Jorge Asseiro e 1 abstenção do Deputado Municipal David da Silva Martins, deliberou aprovar nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou autorizar a contratação de empréstimo a médio/longo prazo, no valor até 1.493.836,31€, junto da Caixa Geral de Depósitos, de acordo com as condições referidas na informação e para a finalidade constante no processo. -----

PONTO 2.6 – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO 2020 (3.ª) / PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL ----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezassete de setembro de dois mil e vinte, que se transcreve. -----

“3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2020 / PROPOSTA -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, datada de 11-09-2020, que se transcreve. -----

“Justificação -----

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado por SNC-AP, sistema, atualmente, em vigor na administração local, revogando o POCAL. -----

A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental-, entre outras matérias, trata a questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se vai proceder à inscrição de mais receita e de mais despesa, assim como a anulação de algumas ações, resultando um aumento do montante global das GOP'S. -----

Feita a justificação técnica da presente proposta, passo a destacar os principais aspetos que esta Revisão encerra. -----

Assim, -----

A) GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

i) Anulação de ações previstas no PAM que não tiveram execução por causa da pandemia COVID-19, como seja a Feira da Agricultura, a Feira de S. Pedro, Festas da Cidade, Aziborne e Festival de Música Tradicional. -----

ii) Criação das seguintes ações: -----

Construção de rampa em Vilarinho de Agrochão / Comparticipação à Junta de Freguesia; - Centro de Cyclin; - Arranjos exteriores ao Quartel da GNR; - Incentivos ao Comércio Tradicional. -----

B) ORÇAMENTO -----

Ao nível orçamento da receita prevê-se a inscrição de um montante global de 193.972,64€, proveniente de correção de arrecadação de receita e projetos cofinanciados. -----

Ao nível do orçamento da despesa, a orçamentação de cada uma das ações novas. -----

Em suma, esta modificação apresenta os seguintes valores finais: - Previsão de Receita: 193.898,14€; - Previsão de Despesa: 193.898,14€. -----

Em face do exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta alteração, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

Os mapas dão-se como transcritos, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

O Vereador Manuel Duarte Fernandes Moreno fez a seguinte declaração de voto: “Abstemo-nos por introduzir obra nova e não contemplada no plano anterior.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta referente à 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2020 e, para efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

(Votação: 3 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho e Pedro Mascarenhas) e 3 abstenções (Duarte Moreno, Carlos Barroso e Assunção Gemelgo)”) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Que disse: “ Tendo por base todas as atitudes em termos políticos e de votação que temos tido aqui em relação ao Plano vamos continuar a abster-nos. De qualquer maneira gostava que me explicasse em relação ao investimento que vai ser o Centro Ciclyn nos Cortiços que presumo que seja os armazéns da estação ferroviária. O Senhor Presidente vai investir aqui 73 mil euros e voltamos um



Cij
ew
A

bocadinho à conversa anterior, ou seja, não sei se este valor se baseia numa comparticipação dos 15% do investimento total com fundos comunitários ou não, mas gostava de saber o que pretende fazer disto e perguntar-lhe se acha que é prioritário, porque se fosse eu acho que gastava os 73 mil euros noutra questão porque em termos de ciclismo 73 mil euros num Centro para quê?" -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que disse: “ Vou dizer que vou votar contra como tenho feito nos orçamentos anteriores. Dizer também que provavelmente a culpa não é do Deputado Municipal Manuel Mico mas ainda me lembro que numa Assembleia disse “eu já tive o meu apoio na aldeia e agora até entendo que haja algumas freguesias que levem algum dinheiro. Só que pelo que vejo sobrou aqui um pouquinho de 5 mil euros e calharam ao Sr. Mico.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse ao Deputado municipal nuno Morais que os 73 mil euros é uma parte da candidatura que foi feita conjuntamente com Mirandela e tem tudo a ver com a ciclovia que deveria unir Mirandela a Bragança. Uma vez que há dificuldades na execução nós vamos executar o nosso trajeto urbano, por todas as razões e mais algumas, e isto não é uma benesse para os Cortiços mas para todo o Distrito, depois tem a ver com a saúde – a prática do ciclismo - e ainda com a reabilitação de um monumento que irá cair e por isso vai passar a ser um Centro de Ciclyn. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal David Martins prescindo de comentar. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 35 votos a favor, 1 voto contra e 23 abstenções, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2020. -----

PONTO 2.7 – CONTRATOS DE COMODATO CELEBRADOS COM A ASSOCIAÇÃO TERRAS QUENTES PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE MUSEUS MUNICIPAIS / PONTO DE SITUAÇÃO: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS) – Que fez a seguinte intervenção: “ Este é um assunto que o CDS já levantou várias vezes, entre os quais na última Assembleia e que até hoje não tivemos resposta. Há uns tempos atrás fizemos chegar ao Sr. Presidente da Câmara algumas questões sobre este assunto dos Museus e como não conseguimos obter resposta voltamos a insistir. Perante isso a Sr.ª Vereadora da Cultura fez o favor de reunir connosco ainda neste mês. Fizemos chegar as nossas preocupações relativamente a este assunto e, ela acabou por nos dizer que a Câmara Municipal pretendia por termo a estes dois contratos de comodato com a Associação Terras Quentes e que a situação não teria volta a dar. -----
Perante essa situação de impasse temos de ver que realmente este assunto dos Museus que

estão encerrados é já recorrente, a população e esta Assembleia sem resposta transparente e entendível que permita saber quando poderá a população e as escolas visitarem os Museus, dispor dos seus Museus existentes e dinamizados e dando a conhecer a qualidade do seu espólio e da sua organização. -----

Daí o agendamento do tema proposto pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal, face à iminência de tomada de posição pelo executivo com consequência então por medir. Em janeiro e em agosto deste ano o CDS através do seu Deputado solicitou nos termos regimentais esclarecimentos ao executivo tentando perceber o que publicamente ia surgindo como uma incapacidade de existência de algo útil entre o Executivo e a Entidade que criara e desenvolvera os Museus, a Associação Terras Quentes. Essa incapacidade de algo útil para o bem da comunidade culminou nos finais de junho com início pelo Executivo do procedimento visando pôr termo aos contratos de comodato, pelos quais a referida Associação dispunha de dois antigos edifícios escolares onde estão instalados os Museus e a Sede da Associação. -----

Não nos interessa tanto perceber porque se chegou aqui e como será dirimido este conflito manifesto, mas sim defender o que pensamos ser o interesse da população e exigir transparência nos processos decisórios do Executivo de forma a podermos todos entender o que vai acontecer no futuro. -----

Assim sendo, independentemente das explicações que possam ser dadas para justificar a prática dos cortes de relações entre a Associação interessará pôr a tónica na defesa dos interesses da população da imagem pública do concelho e da responsabilidade do Executivo e não na resolução só do conflito com a Associação. As perguntas feitas à Câmara pelo CDS visavam perceber os fundamentos das posições do Executivo face à Associação Terras Quentes, mas, na situação em que se chegou de manifesta vontade da Câmara de municipalizar os Museus e criar um Quadro e uma Unidade Camarária para os gerir com o inevitável conflito resultante com a Associação Terras Quentes, provavelmente só a ser sanável em sede judicial, interessa saber: - a municipalização dos Museus é possível? Se sim. Com que espólio, com que quadros e com que custos para o Município e para os cidadãos do concelho? Como se desenvolverá esse processo? Quanto tempo demorará a ser ultimado e que viabilidade tem e que sucesso? Será a solução mais eficiente, a menos onerosa do que a que resulta da parceria com a Associação Terras Quentes? Ao retirar a Associação a possibilidade de executar parte essencial daquilo para que foi criada como se uma Câmara a perda para o concelho do que será provavelmente o fim da referida Associação. Que justificação poderá a Câmara dar à população para ter os Museus fechados durante o que se pode prever ser um longo período, podendo mesmo não reabrirem e de inviabilizar o trabalho de uma Associação que tanto deu a Macedo e continua a ser insubstituível no estudo e na descoberta do nosso passado. Poderá o Executivo ainda reconsiderar a orientação deste processo e voltar a ter o apoio do Município, o trabalho meritório que a Associação Terras Quentes realizou até aqui e tanto valorizou Macedo? Se sim. Com que objetivo e com que critérios? -----

Finalizo afirmando Sr. Presidente que ainda é tempo de se encontrarem caminhos diferentes



do conflito que se apresenta como inevitável e que ninguém verdadeiramente aprovará, e, propondo que se reabram as conversações com a Associação Terras Quentes com base em critérios e metas transparentes que defendam o interesse do concelho. -----
Neste âmbito deixo aqui uma proposta para solucionar este conflito. Proponho que o Presidente desta Assembleia Municipal em nome de todos nós em sede de conversações com a dita Associação lidere todo este processo para ultrapassar o conflito e podermos ter os nossos Museus novamente abertos." -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse: " Lamento estar aqui a tratar este tema, o qual teve alguma interferência da minha parte para tentar resolver a questão do encerramento dos Museus. De facto foi um processo conduzido por quem tinha a competência do Pelouro, que era a Senhora Vereadora Elsa Escobar, que hoje não está presente e não pode por isso argumentar. No entanto o conhecimento que tenho da situação vou transmiti-lo a todos vós. -----

A Associação Terras Quentes desenvolveu uma série de atividades de relevo no concelho durante anos. Foi responsável pela construção de algum espólio também que existe mas, espólio esse que grande parte dele oriundo aqui da região, outro que não sabemos exatamente onde está. Por isso mesmo havia a intenção de fazer aqui a inventariação do património, no sentido de podermos ter uma noção do que é a riqueza desse património. Acontece que, por dificuldades várias não se conseguiram reuniões de parte a parte, embora eu tenha reunido com o Dr. Carlos Mendes várias vezes. Deixo aqui publicamente o meu repúdio pela forma como o Dr. Carlos Mendes conduziu o processo ultimamente, fazendo uma gravação das conversas que nós tivemos. Isto é um crime. Isto é grave. Isto não se faz. Portanto, eu vou fazer de conta que isto não existe. Mas, logo à partida para mim é uma pessoa em quem eu não tenho confiança nem vou ter nunca mais e espero que nunca mais represente a Associação Terras Quentes nas negociações porque isto é lesa pátria. Está a fazer uma investida contra o Município com consequências graves. Quem conduziu este processo, tal como vos disse foi a Vereadora da Cultura e isto foi um processo que teve vários impasses e posso dizer-vos que não consigo entender como é que a Associação Terras Quentes na pessoa do Dr. Carlos Mendes porque era sempre ele que falava tem aqui uma série de valores solicitados junto do Município cujos objetivos finais não quero aqui discutir. Mas desde o ano de 2009 e desafio qualquer um de vós vir aqui dizer o que é que a Associação Terras Quentes fez com 400 mil euros, que foi o valor que lhe foi atribuído em subsídios e estou a falar em valores redondos. Mas dou-vos uma ideia: em 2009 o valor solicitado foi de 42 mil euros e o valor atribuído foi 42 mil euros e o valor pago foi 36 mil e 500 euros; em 2010 o valor solicitado foi de 58 mil euros o valor atribuído foi de 58 mil euros e o valor pago foi 43 mil e 500 euros, um total pago de 56 mil e 500 euros. Penso que aqui neste subsídio iria uma verba porque foram condenados a pagar uma indemnização a uma funcionária no valor de 11 mil euros, valores pagos a 5 anos mas parte do subsídio atribuído foi para pagar isso. Em 2011 foram solicitados 29 mil e 200 euros e o valor atribuído foi de 29 mil e 200 euros e foram pagos 21 mil e 900 euros. Em 2012 o valor solicitado foi de 29 mil e 200 euros o valor atribuído foi de 29 mil e 200

euros e o valor pago 26 mil e 580 euros. Um total pago de 33 mil 580 euros com o remanescente de 2011. E por aí sucessivamente. Os valores que eram atribuídos posso dizer que em 2013 foram só 18 mil euros e há um total pago de 51 mil e 060 euros, referente a estudos de inventariação de património rural, cultural e recreativo ligado ao Museu Martim Gonçalves de Macedo. Depois em 2014 é solicitado 60 mil 470 euros, o valor atribuído foram 15 mil e 300 euros e o valor pago foram 15 mil e 300 euros. Isto para dizer que nunca aqui nesta bancada contestaram estes valores tão baixos que lhes eram dados, uma vez que aquilo que era solicitado era 3 vezes maior. Em 2015 foi solicitado 33 mil 320 euros e aqui já foram pagos 28 mil e 500 euros. Em 2016 – 33 mil 451 euros e este valor foi pago por inteiro. Em 2017 foram solicitados 81 mil 509 euros e o valor atribuído foram 38 mil euros. No entanto pagos foram 44 mil 650 euros, sendo que 6 mil 650 euros eram destinados a assegurar o funcionamento e captação de novos públicos. Relativamente à captação de novos públicos eu não comento porque eu já disse aqui os valores das visitas que havia nesses Museus. Esses Museus que deviam ter a gestão da câmara mas cuja gestão dos funcionários era feita pelo Dr. Carlos Mendes e como vocês sabem, fazemos uma comparação com o Museu de Arte Sacra que é Municipal com os outros dois e vamos ver o número de visitas que tem um e que tem outro e o valor que tem um e que tem outro para o Turismo e para o Património Cultural da Região. Relativamente a 2018 é solicitado novamente 81 mil 509 euros e o valor atribuído foi de 44 mil euros e pagamos 47 mil euros, sempre valores mais altos do que aquele que o Dr. Carlos Mendes aceitava no anterior Executivo. Portanto, até aqui não havia razão nenhuma. Quando percebemos que não havia atividades, não havia publicação dos Cadernos Terras Quentes, os Museus não estavam a funcionar, precisava-se de uma nova estratégia de divulgação de captação de novos públicos e digo mais, os públicos que tinha ainda eram as escolas que traziam alunos porque senão não tínhamos pura e simplesmente visitantes. Perante isso resolvemos reequacionar este protocolo que havia mas o que é certo é que houve sempre dificuldades de parte a parte e desentendimentos. Neste momento o que vos posso garantir é que nós vamos propor a dissolução e vamos tentar a municipalização dentro do que são os preceitos legais, obviamente depois de um parecer judicial. Há um documento que eu espero que vá a reunião de câmara e que depois se torne público e disponível para todos vós. Foi elaborado pela Senhora Vereadora e, não quero estar aqui a mencioná-lo porque é um documento vasto e extenso e está devidamente documentado com os valores que aqui deixei e com atualizações e depois poderão apreciar. Aqui estamos em defesa da Associação terras Quentes e eu também a defendi sempre e tenho muito carinho por esta associação, não tenho é orgulho nenhum nas atividades que desenvolveram nos últimos dois anos que não as conheço, não as conheci e demos todas as condições para assegurar o funcionamento, nomeadamente o pagamento do vencimento dos funcionários que nós não gostávamos que tivessem ido embora. O que é facto é que de outra forma não conseguimos lidar com a situação e eu neste momento não tenho condições para ter confiança nas negociações e como eu digo não aceito e nunca aceitarei este tipo de comportamento como é o caso da gravação de conversas com consequências gravíssimas. Isto não é uma pessoa de boa índole e portanto



Handwritten signatures in blue ink.

comigo não negoceia e esta Assembleia entenda como quiser e arranjem outro interlocutor da Associação Terras Quentes porque esta pessoas jamais e eu recuso-me a falar com ela.” -----

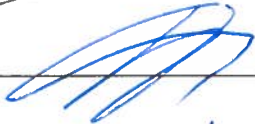
JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS) – Que disse: “ O Sr. Presidente não entendeu o que lhe estava a perguntar. Eu não conheço, nem sequer faço parte da Associação Terras Quentes, não conheço o responsável da Associação e não estou aqui a defender ninguém. Eu estou sim a defender Macedo e a necessidade de termos os Museus abertos e, se não formos pela via do diálogo o conflito judicial vai arrastar-se e não podemos esquecer que aquelas escolas foram recuperadas com fundos comunitários com fins de propósito para Museus e que a Câmara Municipal não tem técnicos dessa área para esse fim com possibilidades de dar resposta e ainda mais que algum do espólio que existe nos Museus não é propriedade da câmara municipal. O que aqui tentei fazer foi uma plataforma de entendimento de tentar perceber o que era melhor para Macedo, se era quebrar estes acordos. Se a Associação Terras Quentes não estava a cumprir é uma coisa, se só por iniciativa não se entendem estamos apenas aqui a tentar faz uma ponte para os Museus não continuarem fechados tal como estão e, se nós não dinamizar-mos os Museus obviamente que não vamos ter gente e nós queremos ter gente que venha a Macedo e que possa visitar os nossos Museus, além de que há ali muita história que só conseguimos tê-la graças também à Associação independentemente de tudo o que o senhor Presidente esteve a dizer. Os valores que a câmara deu à Associação não sei, desconheço nem estou aqui a representar ninguém porque nem conheço pessoalmente essa pessoa, ou seja o Presidente da Associação, nem faço parte da Associação, e sou de Macedo e gostava de ver os nossos Museus abertos.” -----

O Presidente da Câmara Municipal disse “o que eu digo é que da forma que está a funcionar a Associação e os Museus não pode continuar e se o nosso propósito é dinamizar a cidade, as visitas, vamos continuar com este modelo que já vem de há 12 anos sem resultados? Acha a Sr.ª Deputada que devemos continuar a investir numa Associação que dirige com uma pessoa e ainda por cima à distância porque vive em Lisboa? Que escolhe os funcionários a seu belo prazer que é a câmara que paga e depois temos como resultado uma visita média diária de 3 ou 4 pessoas? Se queremos o bem da cidade e uma boa gestão dos Museus e queria que tivessem pelo menos o mesmo resultado que tem o Museu de arte sacra.” -----

APROVAÇÕES EM MINUTA-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois ponto quatro, dois ponto cinco, dois ponto seis. -----

Eram vinte horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

Camilo Moraes

celo Moraes